

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

**Uma análise do surgimento do barroco Potiguar e Paraibano: semelhanças
e discrepâncias entre as igrejas do “Galo” e de “São Francisco”**

VIVIANE OLIVEIRA DE SOUZA

Natal

2006

VIVIANE OLIVEIRA DE SOUZA

Uma análise do surgimento do barroco Potiguar e Paraibano: semelhanças e discrepâncias entre as igrejas do “Galo” e de “São Francisco”

Monografia apresentada para a conclusão do curso de licenciatura e bacharelado em História à disciplina Pesquisa Histórica II orientada pelo professor Almir Felix do departamento do curso de História na Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Natal
2006

BANCA EXAMINADORA

Mestre. ALMIR FELIX (orientador)

D^{TA} MARGARIDA MARIA DIAS DE OLIVEIRA (examinadora)

^{SAP.}
(Mestre) FRANCISCA AURINETE DA SILVA (examinadora)

NOTA _____.

AGRADECIMENTOS

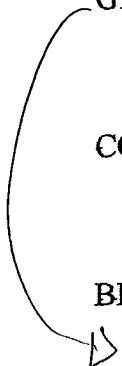
Agradeço ao meu noivo Lauro de Castro pela força nos momentos de fraqueza, ao Prof^o Almir Felix pela cobrança nos momentos de desmotivação e a Elaine Rafaele pela carinho e compreensão.

DEDICATÓRIA

Dedico as paredes da igreja do “Galo” pela sua simplicidade misteriosa, que guardam a história de um tempo perdido, estas paredes que permanecem grandiosas exuberantes e sempre mudas desafiando-nos a descobrir cada vez mais sobre as suas origens.

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	7
II	1 O BARROCO E CONTEXTO DO SEU SURGIMENTO NO BRASIL	10
IV	2 O CONTEXTO DO RN E O SURGIMENTO DA IGREJA DE SANTO ANTÔNIO "GALO"	23
III	3 OS PRIMÓDIOS DA PARAÍBA E A CONSTRUÇÃO DA IGREJA DE SANTO ANTÔNIO "SÃO FRANCISCO"	44
	GLOSSÁRIO	59
	CONCLUSÃO	61
	BIBLIOGRAFIA	65



INTRODUÇÃO

Este trabalho propõe-se a falar das relações econômicas existentes por trás das construções religiosas, neste caso em especial, da Arquitetura Barroca.

Estudaremos rapidamente o contexto geral do surgimento do Barroco brasileiro e enfatizaremos o contexto econômico em que são construídos dois ícones do barroco Nordestino: a Igreja de São Francisco na Paraíba e o nosso exemplar barroco conhecido como a Igreja do galo.

Através da estrutura econômica, tentaremos compreender as fortes relações da época entre Estado e Igreja, por exemplo, como em uma Capitania pobre, que está acabando de se formar, há virtuosos investimentos em templos sagrados? Qual o intuito disso?

A importância do sagrado nessas colônias, que estão nascendo, surge como forma de controle e modelagem de um novo público que está se formando. Um misto de povos, índios, portugueses e negros de várias partes, todos com interesses distintos e que confluem na formação de um único povo, que mais tarde se chamará: brasileiro.

Estes povos distintos forçados a conviverem juntos e com o mesmo objetivo (enriquecer a Metrópole) fizeram ^{com} que surgisse a necessidade de se encontrar algo em comum entre eles para que essa convivência se concretizasse; a Coroa Portuguesa perder o controle de sua Colônia.

A Igreja que vivia o drama da Contra-Reforma e perdia grandes “territórios de almas” na Europa, aproveita-se do descobrimento do Novo Mundo para “ganhar” novas almas impondo dessa forma sua religião: Católica. A religião se tornará esse algo “em comum” entre estes povos, que encontrarão na religião a esperança de uma vida melhor (mesmo que seja pós-morte). Isso foi decisivo, pois principalmente

índios e negros não encontravam mais qualquer motivo para viver e preferiam morrer ou se deixar morrer diante da perda de todos os seus referenciais, de cultura, religião, costumes e hábitos. Mesmo com uma nova religião imposta, ao menos, tinham algo em que acreditar em uma possível melhora seja nesta ou em outra vida.

Obviamente que a imposição de uma nova religião não foi fácil, e para conseguir atingir esse novo objetivo a Igreja teve que usar todos os recursos que lhe cabiam, dentre eles, a arte. O uso da arte foi recorrente, visto que, dessa maneira, se encurtariam as distâncias provocadas pelas diferenças da língua dos costumes, pois a arte fala por si, sem a necessidade de intérpretes.

O barroco então será aclamado o melhor estilo para alcançar este objetivo, visto que, seus efeitos cenográficos sua grandiosidade cheias de volutas, “torções” que sua arquitetura dá, que parece desafiar a própria natureza. O efeito disso sobre o observador é determinante, diante de tanta beleza, esplendor, exuberância o observador se vê em um caldeirão de emoções, sentindo-se pequeno, impotente diante daquilo tudo e principalmente do grande “arquiteto”: Deus. Portanto, só cabe ao observador dedicar ao soberano respeito e obediência.

Nosso trabalho foi dividido em três capítulos com os seguintes títulos:

I - O barroco e contexto do seu surgimento no Brasil; II - O contexto do RN e o surgimento da igreja de Santo Antônio “Galo”; III - Os primórdios da Paraíba e a construção da igreja de Santo Antônio “São Francisco”.

No capítulo I explanaremos um pouco sobre o barroco e como foi a sua introdução aqui no Brasil. Discutiremos como a Contra-Reforma foi fundamental para a propagação da arte barroca. Falaremos também sobre a importância da igreja para a disseminação da arquitetura barroca e sobre algumas ordens religiosas, franciscanos

jesuítas, beneditinos, entre outras que foram determinantes para a propagação da arte barroca aqui no Brasil.

No capítulo II falaremos um pouco de como se efetuou a conquista da Capitania do Rio Grande e a formação de sua povoação. Falaremos do contexto político, social e principalmente econômico em que a capitania vivia por volta da construção da Igreja do Galo. Enfatizaremos as questões em torno do açúcar, ^{por exemplo,} como o número de engenhos, para compreendermos o real poder econômico da Capitania. ^{Daremos} Faremos também uma ênfase à economia interiorana baseada no gado e afins, para compreendermos a real importância desse setor para a Capitania. Faremos a descrição da Igreja do Galo e tentaremos compreender qual a importância desse templo para o povo de sua época.

Finalmente no capítulo III, falaremos como a Coroa Portuguesa implantou o seu sistema econômico canavieiro na Paraíba, e qual o resultado dessa política econômica. Faremos uma pequena comparação entre as economias da Paraíba e do Rio Grande no mesmo período, na tentativa de compreender as gritantes diferenças entre a Igreja de Santo Antônio "São Francisco", na Paraíba e ^a do "Galo", no Rio Grande do Norte. Para corroborar estas diferenças descreveremos a Igreja de São Francisco assim como segue algumas fotos do templo.

Concluimos fazendo as comparações necessárias entre as Capitânicas para compreendermos quais as diferenças econômicas, sociais e mentais que foram determinantes para a construção dos templos do Galo e de São Francisco. Incluímos também um glossário de termos técnicos no fim do trabalho afim de melhorar a compreensão geral da pesquisa.

1 I-O Barroco e contexto do seu Surgimento no Brasil (maíusc.)

Para analisarmos o barroco é preciso que analisemos sua morfologia. A palavra "barroco" durante muito tempo teve como significado "grotesco, "ridículo"¹. Ao nos remetermos ao primeiro ^D dicionário de língua ^h francesa, ^F em 1690, assim encontramos designado o termo: A

"É um termo de joalheria designativo de perolas de esfericidade imperfeita"

O sentido de pedra irregular para a palavra barroco se expandiu e se tornou notório em vários lugares, principalmente em Portugal. Por sua vez a palavra Berrueco, equivalente castelhano de barroco, significa rochedo granítico irregular em terreno áspero e cheio de buracos.

Em 1740 a ^E enciclopédia da ^A Academia ^F francesa assim definia o barroco:

"Barroco se diz também do figurado por irregular, bizarro, desigual. Um espírito barroco, uma figura barroca."

Para tratar de música ^E no Suplemento de 1776 da enciclopédia francesa assim traz a definição de barroco, assinada por Jean Jacques Rousseau: X

^X "barroco em música é aquela harmonia confusa, sobrecarregada de modulações e dissonâncias, a entonação difícil e o movimento afetado"

Na ^E enciclopédia ^M metódica encontramos a definição da palavra reservado para a arquitetura, quem faz o trabalho é o jovem Quatremere de Quinay em 1788, aplicada à arte de edificar:

"Barroco (adjetivo)- Em arquitetura o barroco é uma gradação do bizarro. Ele é, se quer, o refinamento ou se fosse possível dizê-lo, o abuso. A austeridade esta para a sabedoria do gosto como está para o bizarro, do qual é o superlativo. A idéia de barroco implica a do excesso do ridículo."²

local:

¹ ANGOULVENT, Anne-laure. O barroco. Tradução de Maria luzia Machado. Ed. Publicações Europa-America, LDA. Portugal, 1996.p.59

² Idem, p. 16

Com estas definições percebemos que a palavra barroca trouxe desde os primórdios o sentido de excesso de ridículos, do exagero independente do campo que a palavra designasse o sentido seria sempre o mesmo. Apesar dessa arte ter sido denominada de ridícula, ela traz em seu âmago um forte apelo emotivo.

Deus é emoção, é um Deus que, por vezes, tem quase sentimentos humanos, pois além de amar, é Deus também de justiça e por isso não deixa impunes os contraventores, tal como se pode ver nestes versículos bíblicos:

Digo, porém: Andai em Espírito, e não cumprireis a concupiscência da carne; e estes opõe-se um ao outro, para que não façais o que quereis. Mas, se sois guiados pelo espírito, não estais debaixo da lei.

Porque as obras da carne não manifestas, as quais são: impureza, lascívia, idolatria, feitiçaria, inimizades, porfias, emulações, iras, pelejas, dissensões, heresias, invejas, homicídios, bebedices, glotonarias, e coisas semelhantes às estas **não herdarão o reino de Deus.**

Mas os frutos do espírito são: amor, gozo, paz longanimidade, benignidade, **bondade**, fé, mansidão, temperança. Contra estas coisas não há lei. ³ (Gálatas Cap. 5 | 16-26.).

O barroco surge no final do século XVI na Europa ^{com} sua característica forte, tal como: o apelo à emoção, que leva seus contemporâneos a desvalorizarem como arte do mal "acabado".⁴

Seu uso só vai ser mais largamente difundido principalmente com o episódio da ^C contra-reforma. A Igreja ao perceber que sua tática de repressão à reforma protestante não alcançava o êxito almejado decidiu criar outros meios para tentar manter sua hegemonia.

Diante de uma clientela descontente com os abusos cometidos dentro da igreja tais como: a simonia, as indulgências, corrupção do alto clero, ignorância religiosa dos padres comuns, padres envolvidos em escândalos amoroso, monges, bêbados.

³ Grifos meus.

⁴ Idem p. 19.

e bispos que vendiam sacramentos acumulando, riquezas pessoais, além de novos estudos teológicos, a Igreja tenta uma limpeza dentro de suas estruturas.

Por volta de 1540 a Igreja inicia um processo de moralização do clero e de reorganização das suas estruturas administrativas. Os papas Paulo III (1534-1549), Paulo IV (1555-1559), Pio V (1566-1572) e Xisto X (1585-1590), foram os pioneiros neste processo para conter o avanço do protestantismo. Entre as medidas por eles empregadas destacam-se a aprovação da ordem dos jesuítas, a convocação do Concílio de Trento e o restabelecimento e reorganização da Santa Inquisição.⁵

O Concílio de Trento reafirmou diversos pontos da doutrina católica tais como: a salvação humana depende da fé e das boas obras, a Bíblia é a única fonte de fé e somente a Igreja lhe caberia dar a interpretação correta, o papa por sua vez se auto-reafirmou como sucessor de Pedro, a quem Cristo confiou a construção de sua Igreja. Além de reforçar o conceito da Imaculada Conceição e enaltecer o papel de seus santos e mártires, incentivando a representação iconográfica. Sem contar a pompa nas cerimônias religiosas com templos cada vez mais suntuosos e aos incontáveis santos.

A *Contra-Reforma* analisada por Mullett (1984) toma um corpo peculiar, pois Mullett diz que na verdade o que existe é uma reforma católica, ou seja, a reforma protestante é mais um braço de uma mentalidade da época que discorda dos atos de corrupção dentro das estruturas do clero. Entretanto a reforma protestante foi importante na medida em que catalisou o processo da reforma católica.⁶

Para Mullett a reforma Católica tem no seu íntimo os mesmos ideais que fizeram com que Lutero rompesse com a Igreja, a ânsia por uma limpeza nas estruturas clericais.⁷

⁵ MULLETT, Michael. *A Contra Reforma*. Trad. J. Santos Tavares. Ed. Gradiva, Lisboa, 1984, p.30.

A simonia, as indulgências, corrupção do clero incomodaram decididamente os cristãos que verdadeiramente professavam sua fé. Na tentativa de mudar uma realidade contraditória em relação a sua fé, Lutero provoca o cisma.

Por esta mesma época outro cristão que também repugnava os abusos cometidos dentro da Igreja desejava ansiosamente uma limpeza nas estruturas clericais, para isto, entretanto, faz uma batalha interna no intento de “arrumar a casa”. Cria, dessa forma, uma companhia que será fundamental para essa nova fase.

Inácio de Loyola, fundador da Companhia de Jesus, escreveu um livro intitulado “Exercícios Espirituais” que propunha a conversão das pessoas mediante diferentes técnicas dentre elas a contemplação.⁸

Mullett afirma que a reforma católica acontece independente da reforma protestante, não falar do fundador da Companhia de Jesus (1534), Inácio de Loyola ele diz:

“Quando Inácio se converteu, em 1521, não foi sob os efeitos da reforma protestante; a sua aparente inconsciência da reforma alemã ajuda a demonstrar que a reforma católica do sul não foi provocada pela reforma protestante do norte”⁶

Independente da questão proposta por Mullett, de que a reforma católica se inicia antes da reforma protestante, o fato de maior importância para o nosso estudo é que reforma protestante foi balizar para uma reação da Igreja Católica. Essa reação a Reforma Católica⁹ tomou várias medidas que tentou aproximar a Igreja do laicato.

A Ordem dos Jesuítas, companhia de Loyola, uma das mais importantes ordens criada após o concílio de Trento, foi de suma importância nessa aproximação, iniciaram extinguindo algumas das veneráveis exigências do passado como os severos auto castigos pelo pecado, ou as orações em coro, pois essas atividades

⁶ Idem p 33.

os impediam de atuar. Além disso os padres jesuítas se especializaram na eloquência tal qual como a reforma protestante, fazia para atingir os fiéis. Por sua vez a Igreja reafirmou vários sacramentos dentre os quais está a confissão.

Mudou-se a forma como se realizava a confissão, antes da Reforma era feita pelo penitente em uma reunião sussurrada, mas semipública, antes da missa, tratava-se de pecados contra a comunidade, atos de violência. Após a Reforma o campo a ser ouvido transferiu-se do público para o privado, ou seja, agora os pecados interiores ganham grande importância.

Isso se deve em grande parte pela revolução de mentalidade que ocorre por esta época no qual as pessoas tendem a criar a noção do íntimo, do privado. Esses pecados interiores apesar de não interferirem visivelmente na sociedade, provocavam uma grande sensação de culpa.

Essa sensação de culpa poderia ser apaziguada com um novo mobiliário criado pela Igreja, a caixa confessional com duas sessões, ficando o padre e penitente em cada um dos lados, ali naquela caixa o penitente poderia confessar seus pecados por pensamentos, suas ofensas sexuais e suas masturbações.

Os padres deveriam ser treinados para saber se portar diante desses pecados, deveriam ser uma espécie de psicanalista a fim de se ocupar dos estados de espíritos de cada penitente. O concílio de Trento insistiu que os padres, para ouvirem as confissões teriam de ser pessoas dotadas de um nítido sentido de responsabilidade para cuidarem das almas.

“Teriam de saber através de longa experiência, como tratar os diferentes tipos de penitentes, desde o teimoso até o atormentado, excessivamente sensível e escrupuloso.”⁷

⁷ Op. Cit. p 34.

Além disso foi aconselhado aos padres encorajar seus fiéis e fazê-los acreditar mais na possibilidade de serem salvos do que de queimarem no inferno.

Através dessa confissão a um padre que representava Cristo na terra e instituído do poder de absolvição o pecador que confessasse os seus pecados com sinceridade e arrependimento seria perdoado após ter feito penitências por esses pecados.

Grande parte da população era analfabeta e os jesuítas usaram diversas pedagogias para conseguirem catequizar os novos povos, uma dessas pedagogias se baseava na fala. Neste caso a língua falada pelos indígenas.

O padre José de Anchieta destacou-se como poliglota, cujo interesse pelo tupi o levou a elaborar uma gramática elementar dessa língua indígena, conhecida como língua brasílica, daí o título de sua obra "arte da língua brasílica". Através dessa gramática os demais missionários conseguiram catequizar os índios.

"o aprendizado da língua nativa era fundamental, pois era condição indispensável ao missionário para realizar o ensinamento da doutrina cristã aos índios"⁸

O tupi tornou-se língua geral, chegando a ser ensinado no colégio da Bahia aos seminaristas em substituição ao grego.

Essa atitude pode demonstrar uma certa abertura dos portugueses a cultura indígena, entretanto não houve uma troca de cultura pois os portugueses se sentiam superior. Aprenderam a língua com intuito de conseguirem explicar noções de Deus e de Mãe de Deus utilizando termos indígenas para exprimir a sua divindade suprema ou as noções de sacerdote traduzidas na linguagem indígenas como pajé e assim por diante.

⁸ ANDRADE, Maristela oliveira. *500 de Anos e Sincretismos no Brasil*. p 61

Além disso faziam com que os curumins depois que tomassem as lições com os padres, repassem seu aprendizado aos adultos e mais velhos de suas aldeias. Essa atitude quebrava drasticamente a hierarquia tradicional indígena cuja posição de fonte de sabedoria e o papel de transmitir e vigiar as normas e tradições cabia aos mais velhos. Some-se a isso as práticas de ridicularização dos pajés adotadas pelos curumins sob orientação dos jesuítas durante a realização de certos rituais.

Outra técnica de grande sucesso na catequese e sem grande desgaste por partes dos padres foi à arte, em especial a arte barroca. As imagens barrocas impressionavam pelo forte apelo emotivo, privilegiando a ilusão de ótica e os efeitos cenográficos que incutindo temor e respeito ao mesmo tempo resultavam em ambientes propícios para a devoção e fervor religioso. Os efeitos cênicos grandiosos, segundo uma convergência que apela a amplidão de conjunto, buscada na volumetria infinitista e proliferante de saliências, reentrâncias e linhas ondulantes, trazendo como resultante um poder simbólico de quem domina todo este esplendor: a Igreja. Devido ao seu caráter didático sua expansão foi rápida.

A Companhia de Jesus foi a primeira a ser imbuir dessa nova orientação, foi pioneira a ^{em}empregar a arquitetura suntuosa do barroco. Os jesuítas faziam parte de organizações religiosas de âmbito internacional, tinham condições para trazer ao Brasil o que de melhor havia em conhecimentos artísticos da época. É o caso do arquiteto jesuíta Francisco dias que, tendo trabalhado com Terzi na construção da igreja de São Roque, em Lisboa, para aqui veio e trouxe sua experiência e habilidade, implantando nas construções jesuítas do século XVIII às inovações utilizadas na Europa. No Rio ^Grande vamos ter a presença dos Jesuítas desde os primórdios, com a presença do padre Gaspar de Samperes que veio junto com a expedição para se estabelecer no

Forte dos Reis Magos. O jesuíta Gaspar de Samperes foi o responsável pela construção da Igreja Matriz da Capitania.

Houve outras ordens religiosas além da ordem dos Jesuítas que tiveram grande importância para a contra-reforma, as ordens dos eclesiásticos regulares como a dos jesuítas surgiram de uma matriz de irmandades religiosas. Algumas dessas irmandades surgiram buscando causar um grande impacto popular, como a ordem dos eclesiásticos regulares de São Paulo (barbabitás) que apareceram nas ruas de Milão com cordas em volta do pescoço carregando enormes cruzeiras e detendo-se periodicamente para pregar o amor a Deus.

Os beneditinos já utilizavam a arte em meados dos Seiscentos para propagar a fé, assim eles foram os pioneiros ao trazer de Portugal as inovações tais como: a galilé, ou nartex reentrante, com três arcos na elevação frontal⁹. No Rio grande não encontrei documentos falando sobre a ação desses missionários, porém na Paraíba eles foram os responsáveis pela construção do complexo arquitetônico de São Bento que foi iniciado em 1600. Podemos observar nesse templo as características barrocas em seu frontão, onde duas grossas volutas emolduram o característico brasão da ordem beneditina, que está sobre uma guirlanda de folhas de acanto.

Os carmelitas também vieram ao Novo Mundo com o intuito de catequese e participaram efetivamente no uso da arte como forma de ensino. Existem registros de que chegaram a Paraíba na ainda em 1591, fundando neste mesmo ano uma capela sobre a colina que se ergue às margens da foz do rio Paraíba, no lado oposto a ponta de Cabedelo. Essa capela deu origem à Igreja de Nossa Senhora da Guia.

⁹ OLIVEIRA, Carla Mary da Silva. O Barroco na Paraíba: arte, religião e conquista. Ed. Universitária: IESP-Instituto Superior de Educação, João Pessoa, 2003 p. 126.

Foram eles também responsáveis pelo complexo arquitetônico da Igreja de Nossa Senhora do Carmo, ao lado de ^Nossa ^Senhora da Guia, esta última sacralizou elementos nativos, trazendo em baixos relevos emoldurados por folhagens, cajus, abacaxis, bananas, frutos de cacau, pinhas, guirlandas de flores e volutas, usando elementos do cotidiano dos nativos afim de catequiliza-los.

A ^Ordem ^Rreformada ^Terceira de São Francisco, apesar de ter característica de ordem religiosa destinava-se aos cristãos que viviam no mundo leigo, dessa forma, tentava atrair o laicato pelo impacto de suas ações. Aqui no Brasil vimos que teve sua ação arquitetônica iniciada com Frei Daniel com a construção da Igreja Franciscana de Cairu na Bahia. Foram de suma importância na Paraíba, onde foram os responsáveis pela construção da Igreja de Santo Antônio, por sua vez aqui no RN não encontramos documentos que afirmem que foram eles os responsáveis pela construção da igreja do galo. Apesar da igreja ser dedicada a São Francisco, a probabilidade dos missionários dessa ordem terem a feito é muito pequena, visto que a chegada definitiva dos franciscanos ao RN só se deu no início do século XX.

A ^Ordem ^Rreformada dos ^Franciscanos criada sob o nome de ^Eremitas franciscanos (capuchinhos) por Matteo de Vascio, em 1528, obteve impacto especialmente sensacional graças as seus trajes. Vestiam-se de tecidos mais grosseiros, em habito que, segundo afirmavam, era a ^réplica exata da de ^São Francisco de Assis. Estes frades andavam deliberadamente descalços em quaisquer condições meteorológicas e com suas barbas não aparadas e os seus grandes capuzes quadrados, atraíam a imaginação das pessoas da rua, que começaram rapidamente a chamar-lhes *capucini* os homens dos capuzes. Os capuchinhos chegaram a entrar nas igrejas dos países baixos no século XVII como pregadores com listas dos seus próprios pecados pregados nas costas.

Para compreendermos o contexto em que surge o barroco aqui no Brasil, falaremos um pouco do modelo arquitetônico que era comum aqui no Seiscentos. Ao longo da primeira metade do século XVII, as igrejas brasileiras tiveram aspectos muito simples, versão simplificada do estilo chão português, que visava unicamente uma arquitetura econômica e utilitária. Os recursos para obras arquitetônicas religiosas aqui na colônia eram bastantes escassos, resultando assim numa simplicidade sem pretensão de uma arquitetura mais arrojada.

O mais comum é que as igrejas tivessem nave única sem capelas laterais, fossem cobertas por um telhado de duas águas, e nas primeiras décadas do século, não tivessem torre na frontaria.

Indo a favor dessas características, seus frontispícios eram quase sempre verticais e no formato de um retângulo encimado por um triângulo. Havia uma única porta no centro, a parede acima dela apresentava-se rasgada por um óculo ou uma, duas ou três janelas. Os cantos eram guarnecidos por cunhais de pedra e a empena podia ser coroada com um frontão triangular, ou simplesmente uma cornija que interligava os cunhais acompanhando as linhas inclinadas da cobertura. A não ser pela pedra dos cunhais, das cornijas e das cercaduras dos vaões, todo o restante da composição era pintada de cal (branco).

As fachadas refletiam exatamente a volumetria dos edifícios, sem utilizar-se de ilusões de ótica. Sua verticalidade resultava da pouca largura da nave única, e seu contorno superior correspondia ao perfil do telhado. As linhas retas predominavam, mas por vezes havia em tal contorno, nas imediações dos cunhais, duas pequenas curvas simétricas.

Os religiosos foram uns dos principais disseminadores de novos estilos de arquitetura, assim, por exemplo, os beneditinos trouxeram uma inovação às igrejas

brasileiras ao incluírem a galilé, ou nartex reentrante, com três arcos na elevação frontal. Apesar de parecer simples-isso já deu outra vida as igrejas, os arcos transformaram as simples igrejas em algo mais parecidos com “templos sagrados” que deveriam incutir respeito.

Essas evoluções vão nos levar ao barroco que no Brasil ao que tudo indica inicia-se por volta de 1650 com a construção da Igreja Franciscana de Cairu na Bahia. A introdução do barroco no Brasil se dá de forma pioneira pois rompe com o processo natural em relação a Portugal que seria, a veiculação do barroco em Portugal , para após ser introduzido no Brasil.

O barroco em Portugal desenvolveu-se mais tarde em relação ao restante da Europa devido entre outras coisas da austeridade das fachadas jesuítas que barraram o caminho a penetração do barroco na arquitetura portuguesa. É certo que a igreja da Divina Providencia em Lisboa (1652) já trazia alguns traços barrocos na sua composição, mas somente no fim do século é que o barroco surge com a exuberância que lhe é característica cheia de volutas, festões, plumas, colunas espiraladas, e empenas se consolidando definitivamente durante o governo de D. João V.

O barroco português também ficou marcado por ser aquele que usa a combinação de talha dourada com o azulejo figurativo azul e branco dando uma característica muito peculiar a esse barroco. A talha dourada, que nasceu nos retabulos e traduziu parte do gosto romanizado, depressa alastrou a capela mor e depois toda a igreja, formando o quadro onde se integrava todo o resto.¹⁰

Apesar de a introdução do barroco no Brasil ter se dado antes ter se dado antes que em Portugal este será de extrema importância nas construções brasileiras que seguirão. Após o visionário frei Daniel ter implantado o estilo barroco este entra em

Quando?

local?

¹⁰ SOUZA, Alberto. A invenção do barroco brasileiro; a Igreja franciscana de Cairu. Ed. Universitária UFPB_Paraíba, 2005 p. 32

processo estagnação. Portugal já no fim do século XVII desenvolvia sua arquitetura barroca, que foi fonte inspiradora para as obras arquitetônicas que aqui estavam surgindo.

Como já vimos, a Igreja Franciscana de Cairu surge por volta de 1650, ou seja, antes do barroco em Portugal, isso se explica ao analisarmos a figura do Frei Daniel idealizador da Igreja. Alberto de Souza (2005) afirma que ao ser projetada a Igreja Franciscana de Cairu por frei Daniel de São Francisco, Portugal ainda não possuía esse tipo de construção.

Frei Daniel fez algumas viagens a Europa em especial a Roma com a missão de tentar negociar a separação dos conventos franciscanos brasileiros que por esta época eram dependentes da custódia da província portuguesa de Santo Antônio. Após algumas audiências, sua capacidade de argumentação por fim obteve êxito e seu pleito foi atendido. Em 1647 o papa declarou a independência da custódia brasileira e mais tarde em 1657 a custódia foi elevada à condição de província, ganhando o nome de província franciscana de Santo Antônio no Brasil.¹¹

Provavelmente nessas viagens frei Daniel entrou em contato com a revolução estilística iniciada por um grupo de geniais artistas barrocos. Em 1647, data de sua viagem, já estavam prontos o interior da Igreja de São Carlino e a fachada do Oratório ~~de~~ Fillipini, de Borromini, e construía-se o seu projeto para a Igreja Ivo: também já se concluíra o frontispício da Igreja dos Santos Luca e Martina ;Longhi, o jovem, para a Igreja dos Santos Vincenzo e Anastásio.¹²

Todos esses exemplos de Barroco influenciaram frei Daniel na construção pioneira da Igreja Franciscana de Cairu, que após seu término viu o barroco

¹¹ Idem p.36

¹² Idem, p 24

brasileiro entrar em um longo período de estagnação. Mas tarde, no século XVIII, sob a riqueza aurífera da colônia é que o barroco ressurgirá nas suas mais diversas formas.

O clima de exaltação emocional proporcionado pela riqueza do açúcar, ouro e diamantes, polarizava os homens do seu tempo em torno da idéia da contra-reforma. O meio para obtenção dessa riqueza não era o mais honesto e muito menos alcançavam o padrão de moral que a Igreja propunha. Dessa forma, o barroco também surgiu como válvula de escape para essas mentes inquietas.

A construção de templos barrocos com talhas douradas recamadas do mais fino ouro faz com que as consciências se acalmem, pois ao construir os templos com grande empenho e devoção estes homens acreditavam que “acalmavam a ira de Deus” dedicando parte de sua fortuna não tão honesta para um ideal de força maior.

O Brasil, sendo colônia riquíssima pela cultura e comércio do açúcar e mineração produziu alguns exemplares barrocos riquíssimos em todo o seu esplendor, a talha polimorfa recamada do fino ouro brasileiro. Isso é facilmente visível nas construções de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco, exemplares estes que já foram ricamente estudados. Este trabalho contudo se propõe a falar de dois barrocos distintos: um na Paraíba, exuberante, aurífero e outro no Rio Grande do Norte, por sua vez modesto, tímido, misterioso, mas com o mesmo intenso desejo de agradar a Deus, alegrá-lo, homenageá-lo com o melhor que possuíam, mesmo sem ter muito.

2 II-O contexto do RN e o surgimento da igreja de Santo Antônio "Galo". (maiusc.)

A colonização da Capitania do Rio Grande foi feita dentro de um processo maior que foi a colonização da América Portuguesa. Para garantir que o Novo Mundo ^{fosse} ~~seria~~ realmente povoado, a Coroa Portuguesa decidiu dividir suas terras em capitanias hereditárias que deveriam ser doadas à particulares com grande poder de capital. Além disso, para que de fato fosse feito o povoamento estes beneficiados deveriam comprometer-se a realmente povoar suas capitanias ou caso contrário estas voltariam a mãos da Coroa Portuguesa.

Dentre as quinze capitanias que foram divididas entre doze donatários esta a Capitania do Rio Grande, tinha em seu limite original ao sul a Baía da Traição, que ainda hoje conserva o seu nome, no atual estado da Paraíba, e como seu norte a Angra dos Negros, no atual estado do Ceará. Ainda adentrando para o interior compreendia os sertões dos atuais estados do Ceará, Piauí e Maranhão.

Os donatários beneficiados com a Capitania do Rio Grande foram João de Barros e Aires da Cunha, ricos e prestigiados funcionários da Coroa Portuguesa. Juntos com o Donatário da Capitania do Maranhão organizaram uma expedição às capitanias em 1535, mas devido à resistência indígena esta expedição fracassou.

Somente em 1597 foi que se realizou nova expedição para a conquista e ocupação das capitanias dessa vez aparada pelos capitães-mores da Paraíba, Feliciano Coelho e de Pernambuco, Mascarenhas Homem. A expedição dividiu-se em duas frentes uma que originou de fato a ocupação de nossa capitania foi comandada por Jerônimo e Jorge Albuquerque, sobrinhos de Duarte Coelho, primeiro donatário da capitania do Rio Grande. Além disso, houve a participação nesta frente de jesuítas e franciscanos entre eles alguns que conheciam a língua tupi.

Inicia-se assim a presença e atuação de religiosos, no território da capitania juntamente com a Coroa Portuguesa que percebeu que a descoberta de novas áreas mercantis também abriu simultaneamente novas áreas para o trabalho de evangelização.

Entre 1600 e 1633 houve várias concessões de sesmarias concedidas dentre elas vale salientar a que o capitão-mor Jerônimo de Albuquerque fez a seus próprios filhos, em 1604, no vale do rio Cunhaú, atual município de Canguarutema. Essa sesmaria é importante visto que foi ela quem deu origem ao primeiro e uns dos mais importantes engenhos da capitania: o de Cunhaú.

O Engenho de Cunhaú seria a base do poder da família Albuquerque Maranhão, que dominaria o cenário econômico e político da capitania durante gerações.

Houve outra doação de sesmaria também digna de nota, essa concessão de terras foi feita aos padres jesuítas, em 1603, em área próxima à povoação dos Reis. Aqui é perceptível o tamanho do poder da Igreja Católica além da fundamental importância que essa instituição iria desempenhar no trato com a população nativa durante o processo colonizador.

Na faixa litorânea, devido as melhores condições do solo e clima foi onde efetivamente o povoamento teria por base a atividade açucareira. O primeiro engenho da capitania aí estabelecido deu origem à povoação de Cunhaú que juntamente com a cidade de Natal¹³, construíam os dois núcleos populacionais então existentes.

Natal respondia como centro do poder político e administrativo da capitania enquanto Cunhaú por sua vez constituía o centro do poder econômico. O engenho era basicamente a fonte de renda capitania exportando para Pernambuco açúcar

¹³ Pequeno povoado fundado em janeiro de 1599 situado a três quilômetros acima do Forte dos Reis Magos, tornando-se mais tarde a capital da capitania.

além de milho e farinha. Em 1634 Cunhaú contava com o número de 30 escravos negros.

A Capitania do Rio Grande era muito inferior à capitania de Pernambuco não somente em termos de extensão, mas principalmente em relação ao poder econômico baseado no açúcar.

Natal cresceu lentamente durante todo o século XVIII. Apesar de não haver relatos que nos possibilite precisar a data em que o açúcar aqui da Capitania ^{do} Norte Rio Grande ~~se~~ começou a declinar, nos é possível concluir que já no século XVIII a produção de açúcar da capitania sofria grandes perdas, Cascudo (1980) nos diz que até a primeira metade do século XX o gado era o principal comércio do Estado. O peixe seco era outro produto de grande exportação. Em um apelo de 1799 a Rainha Dona Maria 1^a, afirmavam os vereadores;

“... que fome, que crue! Fome, Soberana Senhora, não sofrerão os moradores de Pernambuco, se não fossem constantemente fornecidos de peixe que lhes vai das praias desta capitania, da mesma forma, a que extremas necessidades de carne não chegarão os mesmos moradores, se os sertões do Assu, Seridó, Espinharas e Trari, pertencentes a essa capitania, não exportassem todos os anos seis mil bois, e antes da seca de 1790 a 1793 certamente iam de 15 a 16 mil bois por ano; que precisões não teriam aqueles senhores de engenho respectivo, se os sertões os não fornecessem de cavalarias para as suas moagens e de outros gêneros de que se enriquece esta capitania”.¹⁴

Aqui ~~nos~~ fica claro que o século XVIII nesta capitania estava decadente em relação à produção de açúcar os dois grandes engenhos eram o de Cunhaú e de Ferreiro Torto, provavelmente nesta época, com uma produção de açúcar

¹⁴ CASCUDO, Luís da Câmara. História da cidade de Natal. Ed 2^a Rio de Janeiro, civilização Brasileira; Brasília: INL; Natal, universidade Federal do Rio Grande do Norte, 1980. p 217

insignificante, já que as criações de gado e até mesmo a pesca já eram a economia predominante da capitania.

Encontramos um relato de um viajante europeu que tratava do assunto de forma mais aprofundada, em 1817:

“Cunhaú não passa de uma propriedade, mas tem mais de 14 léguas de comprimento (84 quilômetros); pertence à família dos Albuquerque, muito célebres nos faustos do Brasil. Tem um engenho; mas, a criação de gado e o plantio de algodão é a sua renda principal. É perto desta propriedade que começam os limites da Capitania do Rio Grande”.

Por esta época Cunhaú, o mais expressivo engenho da capitania contava só com 150 escravos negros. Com sua economia então baseada na pecuária que não necessitava de tanta mão-de-obra além de gerar menos lucros que a lavoura açucareira. Utilizavam também a mão-de-obra de indígenas subjugados e seus descendentes, incluídos aí os mestiços, com isso a capitania registrou a presença de poucos escravos negros, sobretudo se comparamos com as capitanias de Pernambuco e Bahia.¹⁵

O negro apesar de ter sido uma constante definitivamente, não foi um determinante econômico da capitania do Rio Grande. Não houve importação direta de escravo e o comércio era feito em Pernambuco. As condições próprias da capitania não permitiram um grande volume de escravos aqui, entretanto este elemento foi importante na formação social e cultural da região através dos cruzamentos étnicos.

Em 1701 o Rio Grande passou a ser subordinada a capitania de Pernambuco sob a alegação de que seria melhor e mais conveniente à administração devido à proximidade destas capitanias.

¹⁵ MONTEIRO, Denise Mattos. Introdução a História do Rio Grande do Norte. 2ª ed. Natal (RN): Cooperativa Cultural, 2002. p. 174

Devido a essa medida houve muitas reclamações por parte do Senado e da Câmara de Natal em relação a Pernambuco, pois alegavam que estes boicotavam os projetos para a cidade natalense. Dentre esses argumentos os potiguares queixavam-se que as melhorias por eles reivindicadas à corte tais como: escolas, fortins, medidas militares, disciplinas dos índios, foram na sua grande maioria (70%) negadas devido ao parecer negativo de Pernambuco.¹⁶

De janeiro de 1699 a dezembro de 1715 foram enviados à capitania várias Cartas Régias que criou os capitães-mores e os institui de poderes. O poder dado a estes capitães-mores equivalia ao de polícia do interior, a segurança da capitania era feita por estes homens. Eles respondiam o capitão mor e ao governador sobre os casos ocorridos sob sua jurisdição, acomodavam desavenças, mandando chamar a sua presença para aquietar e evitar pendências prendiam criminosos e tomavam conhecimento do que ocorria nos portos, tendo atenção especial com as embarcações que entravam.

Judicialmente a situação era diferente desde a provisão régia de dezembro 1687 (alvará de março), a capitania do Rio Grande pertencia à Alvidaria da Paraíba.

Em 1757 houve a criação do Diretório dos Índios (por decisão real) no governo de João Coutinho Bragança, que, aliás, foi o único fato digno de nota: com o diretório dos índios houve a eliminação da administração religiosa nas aldeias. Aqui há um primeiro golpe contra os missionários em especial os jesuítas que perderam o poder administrativo sobre as aldeias.¹⁷

Devido à criação do diretório dos índios, que tirou os missionários da administração das aldeias, surgiram então as primeiras vilas, a aldeia de São Miguel de Guajiru passou a ser a vila nova de Estremoz do Norte sendo a primogênita da capitania

¹⁶ SUASSUNA, Luiz Eduardo Brandão e MARIZ, Marlene da Silva. História do Rio Grande do Norte colonial: 1597/ 1822. Natal (RN); Natal editora, 1997. p 124.

¹⁷ Idem, p. 135

logo em seguida a aldeia de Guarairas originou a vila Nova de Azeite e a terceira foi a vila do regente atual Portalegre.

Neste contexto o marquês de Pombal de Portugal fazia uma campanha contra os jesuítas, segundo ele o atraso e subdesenvolvimento de Portugal e das colônias deviam-se inteiramente as “maquinações diabólicas da companhia de Jesus”. Seu meio irmão Francisco Xavier de Mendonça furtado, que governou o estado do Maranhão-Pará, lhe enviava o fluxo constante de denúncias dos missionários jesuítas na Amazônia que, dizia ele, continuamente zombavam da autoridade da Coroa. Estas afirmações repetidas enfaticamente só corroboraram o ódio que Pombal nutria pelos jesuítas. Além disso, sua obsessão em relação ao absolutismo real e sua determinação em fazer subordinar a Igreja ao poder do Estado fez que sua luta contra os jesuítas torna-se cada vez mais ferrenha.¹⁸

Em 1759 os jesuítas foram finalmente alijados de qualquer influência na capitania e em todo o país, por determinação do Marquês de Pombal, eles foram definitivamente expulsos do Brasil.¹⁹

Apesar da expulsão dos jesuítas houve um grande temor por parte dos políticos da reação da população em especial dos indígenas, para tentar evitar alguma rebelião foi enviado o desembargador Bernardo Coelho da Gama Casco, que foi encarregado de fazer cumprir a lei no Ceará e no Rio Grande.

Esse temor era justificado, pois os jesuítas faziam parte (organizadora) de muitas aldeias, como podemos observar na aldeia de São Miguel de Guajiru:

“... com tantos anos de permanência [produziram] trabalho fecundo e alto. Quilômetros de lavouras mantinham população farta e tranqüila. Havia 1429 habitantes em 329 casais, 147 rapazes estudavam, 63 moças aprendiam a fiar, tecer e coser. Oito moças exercitavam-se em vários ofícios. Disciplinados, os

¹⁸ BOXER, Charles. O império marítimo português 1415-1825; tradução Anna Olga de Barros Barreto. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 199

¹⁹ SUASSUNA, Luiz Eduardo Brandão e MARIZ, Marlene da Silva. História do Rio Grande do Norte colonial: 1597/1822. Natal (RN): Natal Editora, 1997. p.130

indígenas estavam distribuídos em sete companhias num total de 350 homens. Apenas 15 escravos viviam. Gados, cavalos, eram pastoreados e serviam de tração. Aos domingos, com tambores e cantos, iluminados na praça por paus resinosos”.²⁰

É obvio que após a expulsão dos jesuítas a situação dos índios em nada melhoraram ao contrário só fez piorar a situação. Os novos diretores do diretório dos índios exploravam-os e aplicavam cruéis castigos físicos com o fim de escravizá-los. A grande maioria dos índios não resistiram a essa pressão e fugiram sem rumo, sendo perseguidos e esmagados. Na prática o ^Ddiretório dos ^Iíndios deveria se chamar ~~se~~

* “Diretório para a exterminação dos índios”. Tanto foram os maus tratos que por fim, em 1798, foi extinto o cargo de “Diretor dos Índios”.

Com o intento de promover os seus objetivos comerciais os portugueses investiram na produção em larga escala de um produto com ampla aceitação no mercado internacional que gerasse altos lucros.

A experiência anterior de Portugal nas ilhas do Atlântico (Madeira e Cabo verde) tornou o açúcar o produto ideal para alcançar seus êxitos. Para o cultivo do açúcar instalou-se um sistema produtivo baseado no latifúndio monocultor, agroexportador e no trabalho compulsório. Os interesses do tráfico negreiro aliado às dificuldades de aproveitamento de mão de obra indígena já que estes por sua vez não aceitavam ser escravizados, impuseram a escravidão africana como relação de trabalho dominante. Tal foi o sucesso dessa empresa que por mais de um século e meio a produção do açúcar representou praticamente a única base de sustentação da economia brasileira.

A natureza e a dinâmica do sistema colonial produziram também aqui uma sociedade que, permeada em todos os níveis pela relação senhor escravo, tendia a polarizar-se desenvolvendo um caráter marcadamente hierárquico, aristocrático e patriarcal.

²⁰ Idem, p. 131.

Os senhores de engenho eram comumente chamados de homens-bons eles formavam a camada privilegiada de então, seu poder excedia o círculo doméstico atingindo freqüentemente extensa clientela. A estes homens cabia o privilégio de atuar nas câmaras municipais, importante instrumento da política local.

Apesar do grande poder exercido por esta aristocracia canavieira, ainda assim ela devia submeter-se a orientação econômica e administrativa da metrópole (cujos interesses nem sempre harmonizavam-se com os seus) e confinar-se em última instância, a sua função colonial. Também era relativamente pequena a sua participação nos lucros da empresa açucareira, carregados em sua maior parte para Portugal e sobretudo para a Holanda, responsável pelo refino e distribuição do açúcar nas praças européias.

Quando por sua vez Portugal decidiu implantar a escravidão negra no Brasil, o tráfico negreiro já era um negócio lucrativo desde o início do século. O colonizador tentou escravizar o índio aproveitando-o na empresa açucareira, entretanto este empreendimento fracassou, devido a diversos fatores tais como: a inadaptação do índio em face ao trabalho agrícola em contraposição a do negro; vale salientar que o índio não se adaptou ao trabalho agrícola também por uma questão cultural na medida que este trabalho era comumente realizado pelas mulheres da aldeia.

Após essa chegada do trabalho africano a empresa açucareira encontrou definitivamente os trabalhadores a quem procuravam. Em 1711 o jesuíta italiano André João Antonil (1650-1716) que viveu durante muito tempo na Bahia assim resumiu a importância dos negros para os engenhos "as mãos e os pés do senhor de engenho". (fonte ?)

Para os europeus os negros eram tecnicamente mais avançados do que os índios brasileiros, que ainda estavam na “Idade da Pedra”. Além disso o negro revelava um comportamento mais “subserviente” em relação ao indígena.

Aqui no Rio Grande do Norte entretanto a presença do negro foi mais marcante na Zona da Mata obviamente por ser aí que haviam as maiores plantações de cana de açúcar. Os engenhos como o de Cunhaú possuíam escravos desde o início do século XVII²¹. A medida que mais engenhos foram se formando a procura por mão-de-obra (escrava) também aumentou, assim, a importação de negros da África, sobretudo de Angola, Congo, e Guiné, através de mercadores de Pernambuco.

Segundo alguns registros ^{contemporâneos} Monteiro (2002) os senhores de engenhos casavam alguns de seus escravos com índias fixando dessa maneira os escravos negros e indígenas em seus engenhos. Essa medida contribuiu entretanto para o esfacelamento da cultura tanto negra quanto indígena. Em um desses registros, por exemplo, diz respeito da negação de colonos em não entregar seus escravos Janduíis sob o argumento de que eram em sua maioria mulheres *casadas* com negros da Guiné. *(MONTEIRO)*

É sabido que a aceitação dos negros em relação a escravidão é mito, em consequência é obvio que aqui também houve resistência a exploração do trabalho escravo. Em 1727 há relatos de que havia um “mocambo de negros com mais de 40 arranchados na ribeira do rio Trairi, onde tinham matado muito gado dos moradores e roubado fazendas de onde conseguiram pólvora e armas”

Neste pequeno relato observamos claramente que os escravos já se uniam no intento de fugir e de reagir a escravidão. Por sua vez os colonos portugueses querendo manter a “calma” solicitaram a destruição deste quilombo ao Capitão-Mor do Rio Grande, que ordenou a um coronel de milícias que “reunisse toda a gente que

²¹ MONTEIRO, Denise Mattos. Introdução a História do Rio Grande do Norte. 2ª ed. Natal (RN): Cooperativa Cultural, 2002. p.141

conseguisse, tanto soldados como índios” e partisse para a ribeira e acabasse com o quilombo.²²

Apesar da oposição tanto de indígenas quanto de escravos o projeto colonizador ia gradativamente se impondo. A Coroa Portuguesa cuidava com muito zelo para que seu projeto fosse bem sucedido assim várias medidas foram tomadas para conter qualquer tentativa de rebelião. Por exemplo uma ordem real de 1735 determinava que todos os negros, índios, e mestiços acusados de crimes “atrozes” fossem remetidos para Pernambuco para lá serem julgados e punidos com a pena de morte para servirem de exemplos para os outros, como já se fazia nas capitânicas de São Paulo, Minas e Rio de Janeiro.

Após a abolição da escravidão indígena em 1755 e visando o povoamento da colônia a Coroa Portuguesa permitiu o casamento entre portugueses e índias, além de garantir em lei que os descendentes destes relacionamentos poderiam ter acesso a qualquer emprego, função ou trabalho sem discriminação “e não poderiam ser chamados de caboclos” pelos colonos.²³

Como vimos o Rio Grande não fugia dessa empresa do açúcar, mas a margem dessa economia nasce uma nova sociedade que cresce e toma corpo próprio; a sociedade do couro.

O gado bovino foi utilizado primeiramente para suprir algumas necessidades dos engenhos de açúcar, era força motriz dos primitivos engenhos e alimento da população litorânea. O crescimento do gado na faixa litorânea preocupou os portugueses que temiam pela monocultura da cana que era a base do seu poder na Europa. O gado poderia torna-se uma verdadeira praga utilizando a cana como pasto.

²² Idem p. 145

²³ Op. Cit. P. 151

Dessa forma Portugal decreta que a criação de gado só poderia ser feita a seis léguas do litoral.

A migração do gado para o interior fez surgir uma sociedade bem diferente da sociedade da cana, tornando-se a principal atividade econômica do sertão. Por volta de 1750 a ocupação do sertão torna-se paulatina, devido a sesmeiros e posseiros que passaram a residir em suas terras levando consigo família, trabalhadores e escravos, consolidando definitivamente o interior como domínio da Coroa Portuguesa.

Além do poder da própria terra esses homens ao acumularem cada vez mais propriedades ganhavam respeito e junto patentes militares desde capitães a coronéis, aumentando dessa forma o poder político nas áreas onde residiam. Para exemplificarmos o fato de o poder de terras ser indissociavelmente separado do poder político citaremos o caso do coronel Cipriano Lopes Galvão que recebeu sesmaria e instalou-se com sua fazenda de gado, por volta de 1755, na região atual do município de Currais Novos, tendo sido o primeiro coronel de regimento de cavalaria.

Essas fazendas eram praticamente pequenos Estados, possuíam a auto-suficiência alimentícia produziam, milho, feijão, carne, farinha, peixe, queijos, salgados, rapaduras e até a aguardente em pequenos engenhos especialmente feitos para isso. Possuíam teares nos quais fabricavam as próprias roupas. Do barro faziam louças, tijolos, telhas, além de vários objetos de uso diário que faziam do couro.²⁴

A auto-suficiência das fazendas não dava margem a um ambiente propício para o desenvolvimento do comércio, inicialmente o comércio era feito através de trocas de alguns produtos como a farinha e o algodão. Essa situação só vai avançar com o surgimento dos mascates que percorriam os sertões, trazendo mercadorias importadas da Europa que entravam através do porto de Recife.

²⁴ MONTEIRO, Denise Mattos. Introdução a história do Rio Grande do Norte. ~~Denise Mattos Monteiro-2~~, ed. Rev. Natal (RN): cooperativa Cultural, 2002. p 112

Nestas fazendas surge a figura do vaqueiro, pessoa esta que tinha como finalidade amansar e ferrar os bezerros, cuidar dos campos para livrá-los de animais peçonhentos, abrir cacimbas e bebedouros saber aonde a vaca escondia os filhotes, levar a boiada de uma fazenda a outra. Essas atividades colocavam na figura do vaqueiro grande responsabilidade e confiança, assim no sertão quando um vaqueiro viajava com o gado era comum pedir abrigo para pernoitar. Após quatro ou cinco anos de serviço a vaqueiro começava a ser paga com o sistema da quarta, ou seja, de cada quatro crias o vaqueiro tinha o direito a uma. A palavra empenhada por um sertanejo tinha o peso de um documento escrito.

Assim era a capitania do Rio Grande em meados do século XVIII, com duas sociedades bem distintas a sociedade da cana, baseado na escravidão e no enriquecimento único do senhor do engenho. Do outro lado, a sociedade do gado que valorizava o homem, o sertanejo, a palavra empenhada, a ascensão social era possível já que o vaqueiro poderia tornar-se fazendeiro depois de alguns anos de trabalho.

Neste contexto da capitania é que surge a Igreja de Santo Antônio mais popularmente conhecida como Igreja do Galo. ^{ε'} É difícil precisar a data exata de sua construção. A data que se acha inscrita no alto da porta principal é de agosto de 1766, provavelmente quando as obras da Igreja foram concluídas. Câmara ^{ε'} Cascudo cita que o mais antigo documento referente à Igreja do Galo é de 15 de julho de 1763. ⁰

Trata-se de uma carta datada concedida ao alferes José Barbosa de Gouveia, referente a um terreno nas imediações da Igreja de Santo Antônio. Assim segue um trecho do documento:

“... cinco braças e meia de comprido e dez de fundo, nesta cidade, no caminho que vai dela para rio de beber água, encostando nas outras que já tem na mesma paragem, na rua da Igreja de Santo Antônio”²⁵.

²⁵ CASCUDO, Câmara in LIMA, Pedro de. Arquitetura no Rio Grande do Norte: uma introdução ⁴ Pedro Lima Natal (RN): Cooperativa Cultural Universitária, 2002 p 63.

Este exemplar barroco apesar de não ter tido a exuberância aurífera de outros templos situados nas Minas Gerais, Bahia, Recife, entre outros, é representante do seu povo. Este povo que apesar de pobre e humilde não deixou de mostrar sua veneração a Deus com os recursos que se encontravam disponíveis.

A Igreja do Galo tem sua fachada emoldurada por cunhais em pedra de arenito e cimalha em massa. O seu frontispício tem no centro um óculo entapaido com uma grade em massa. O frontispício é encimado, bem no centro, por uma cruz em pedra granítica flanqueada por dois coruchéus. (Ver figura 1).



Figura 1. Igreja de Santo Antônio (popularmente conhecida como Igreja do Galo).

Sua fachada compõe-se de um corpo central, ala esquerda e uma torre quadrangular com cúpula revestida de azulejos, encimada pelo galo que identifica a Igreja. O galo foi doado a Igreja pelo capitão Mor Caetano da Silva Sanches que era devoto de Santo Antônio e que governou a capitania de agosto de 1791 a março de 1800

(ver figura 2). O capitão-mor foi também responsável pela doação dos recursos para a construção posterior da torre da ala direita que foi concluída em 1798.

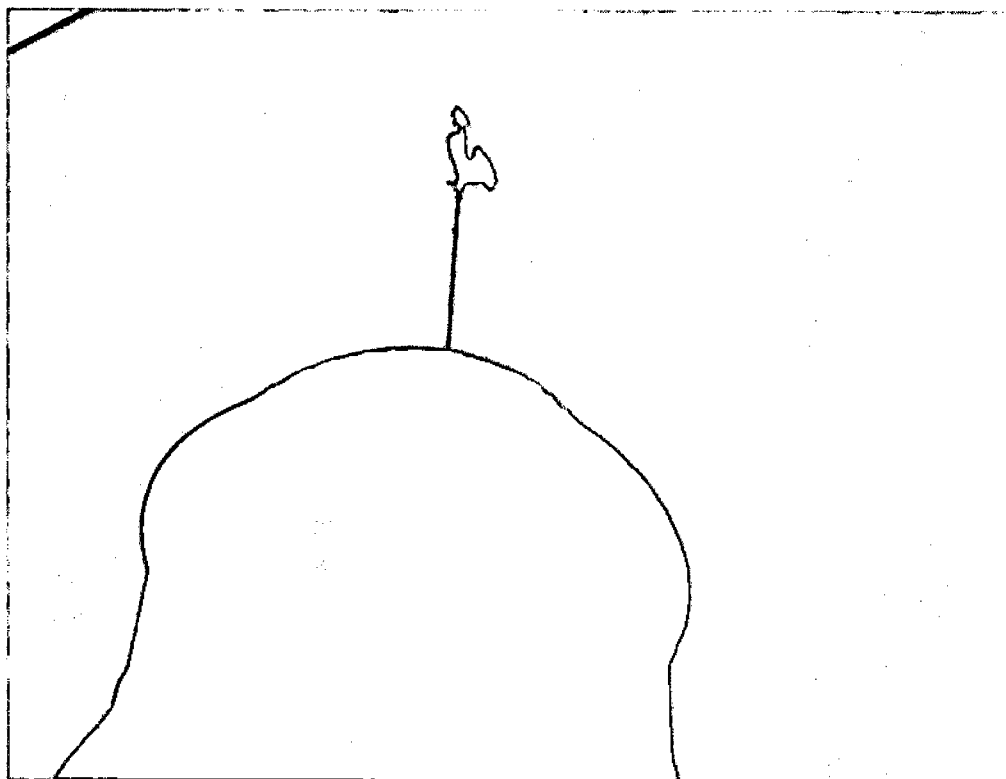


Figura 2. Detalhe do Galo que deu o popular nome a igreja.

A Igreja possui três portas, que se abre para a nave, superposta por três janelas. A torre esta alinhada com a nave principal, possuindo uma porta e uma janela ao nível das existentes na referida nave. Todos os vãos são em arcos abatidos com cercaduras em pedra de arenito. A ala lateral esquerda foi modificada posteriormente e abriga o museu de Arte Sacra.

O interior do templo apresenta o arco cruzeiro em pedra de arenito, retábulo, e dois altares laterais em madeira entalhada, o da esquerda possui a imagem de Nossa Senhora de Aparecida, (ver figura3) e o da direita é dedicado a São Francisco. (Ver figura 4).

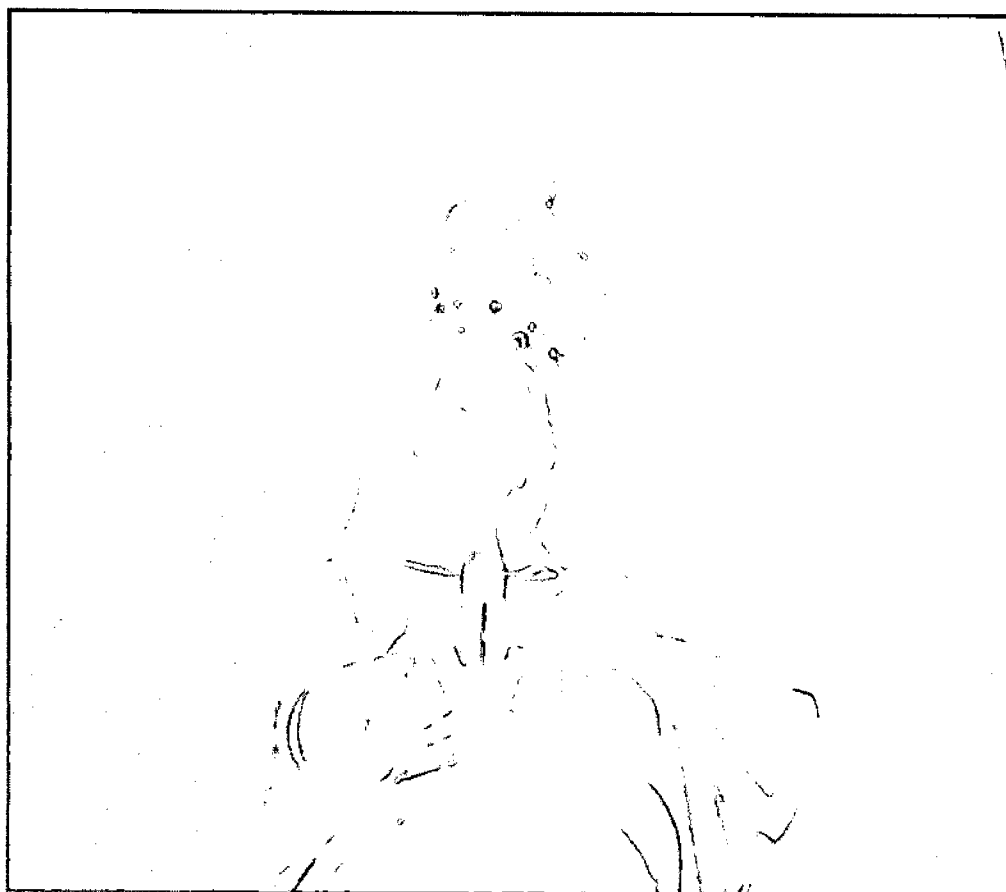


Figura 3. Altar lateral da esquerda com a imagem de Nossa Senhora Aparecida.



Figura 4. Altar lateral direito com a imagem de São Francisco.

O altar-mor é todo em madeira entalhada, possui no centro uma imagem do Cristo Crucificado, encimado por Santo Antônio que traz no braço esquerdo o menino Jesus e uma bíblia (ver figura 5). A falta do brilho aurífero que marcou tão fortemente o barroco, faz com que pessoas menos atentas não reconheçam este nosso exemplar barroco, e acabem não dando o valor merecido a este templo.

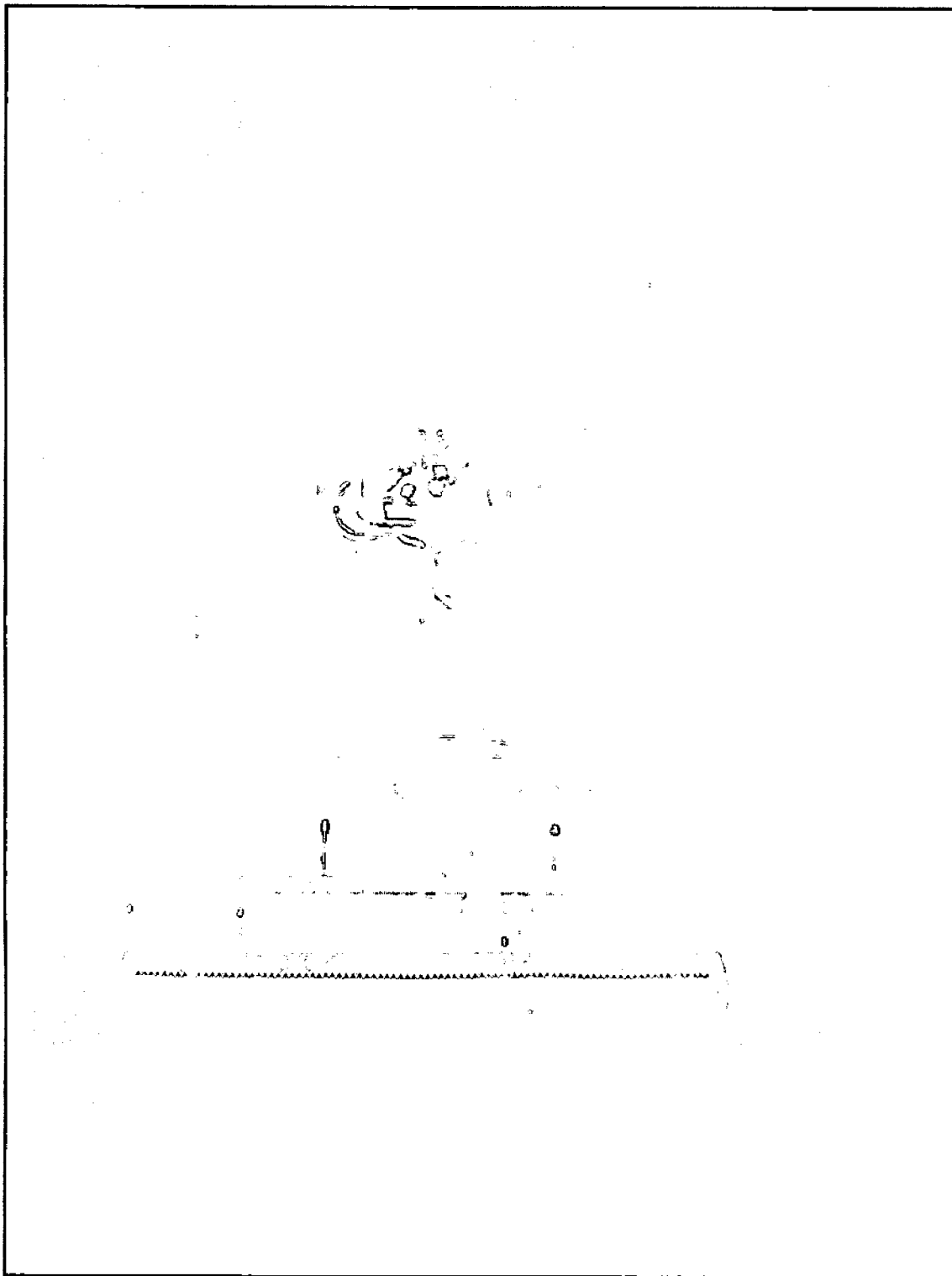


Figura 5. Altar-Mor da igreja do Galo com as imagens de Cristo e Santo Antônio.

O teto do templo é todo em madeira de lei, não apresenta nenhum entalhe ou pintura, entretanto não se sabe ao certo se o teto é original (ver figura 6).

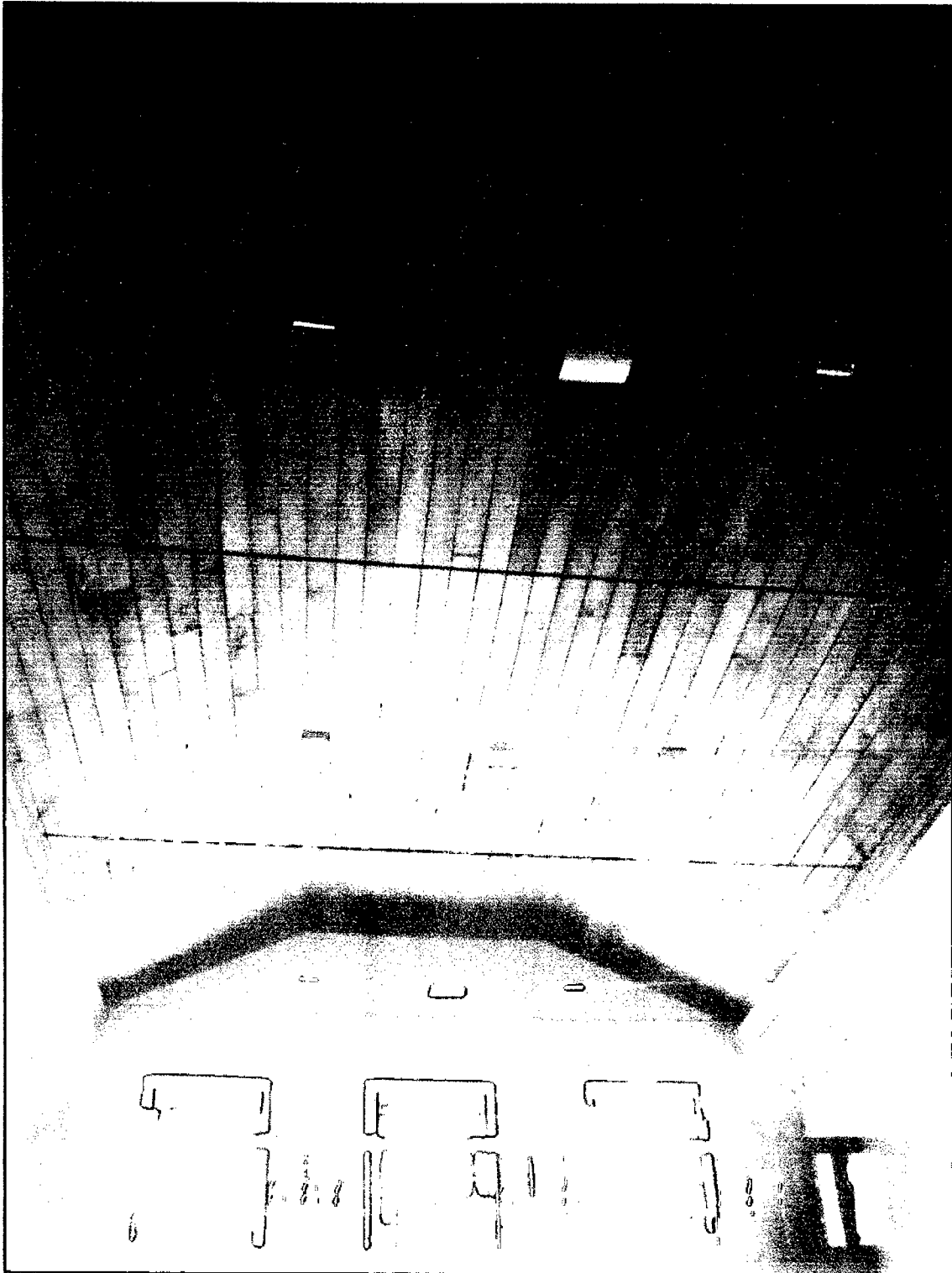


Figura 6. Detalhe do teto em madeira do templo do Galo.

O Guardião da Ordem dos franciscanos é frei Hélio Barbosa dos Santos, ele, entretanto se negou a conceder qualquer tipo de “entrevista”, outro Frei da ordem nos atendeu Frei Airton Santos, infelizmente ele sabia tão pouco quanto nós a respeito da Igreja, isso deve em parte a alta rotatividade dos freis na ordem que de três em três anos se mudam não criando, dessa maneira, raízes com a cidade em que estão. Quem mais falou foi o secretário da ordem Geraldo Antônio Tavares que aí trabalha há mais de 20 anos, um senhor bem humorado, que serviu como uma espécie de guia na história da Igreja do Galo.

Suas informações se baseiam no que ouviu como ele mesmo definiu do “que os antigos contam”, ao ser perguntado sobre alguma documentação da Igreja nos informou que não existia nenhuma documentação da Igreja nem mesmo na Igreja Matriz que é a paróquia responsável pela Igreja do Galo. Ele acredita que foi durante a invasão holandesa que estes documentos foram destruídos no momento em que incendiaram a Igreja Matriz.

Para nós, entretanto, este argumento não tem sustentação devido ao grande espaço de tempo entre uma coisa e outra. A expulsão dos holandeses foi em 1654 enquanto que a Igreja do Galo foi concluída em 1766, teríamos que trabalhar com a hipótese de que a igreja demorou mais de um século para ser construída. Não acredito nesta hipótese, visto que se houvesse algum documento sobre a Igreja do Galo na Matriz significaria que por esse tempo já existia a Igreja do Galo, se isso é verdade por que os holandeses incendiariam a Matriz e não o fizeram com a sua vizinha; Santo Antonio (Galo). Além disso, mesmo após da expulsão dos holandeses e a restauração da capitania pela Coroa Portuguesa não encontramos nenhum documento da Igreja até os idos de 1763.

Para corroborar minha hipótese utilizo argumentos baseados em alguns textos de Cascudo (1980) ¹⁷ e de conhecimento geral que a Igreja do Rosário dos Pretos é a segunda mais antiga de Natal (ver figura 7).

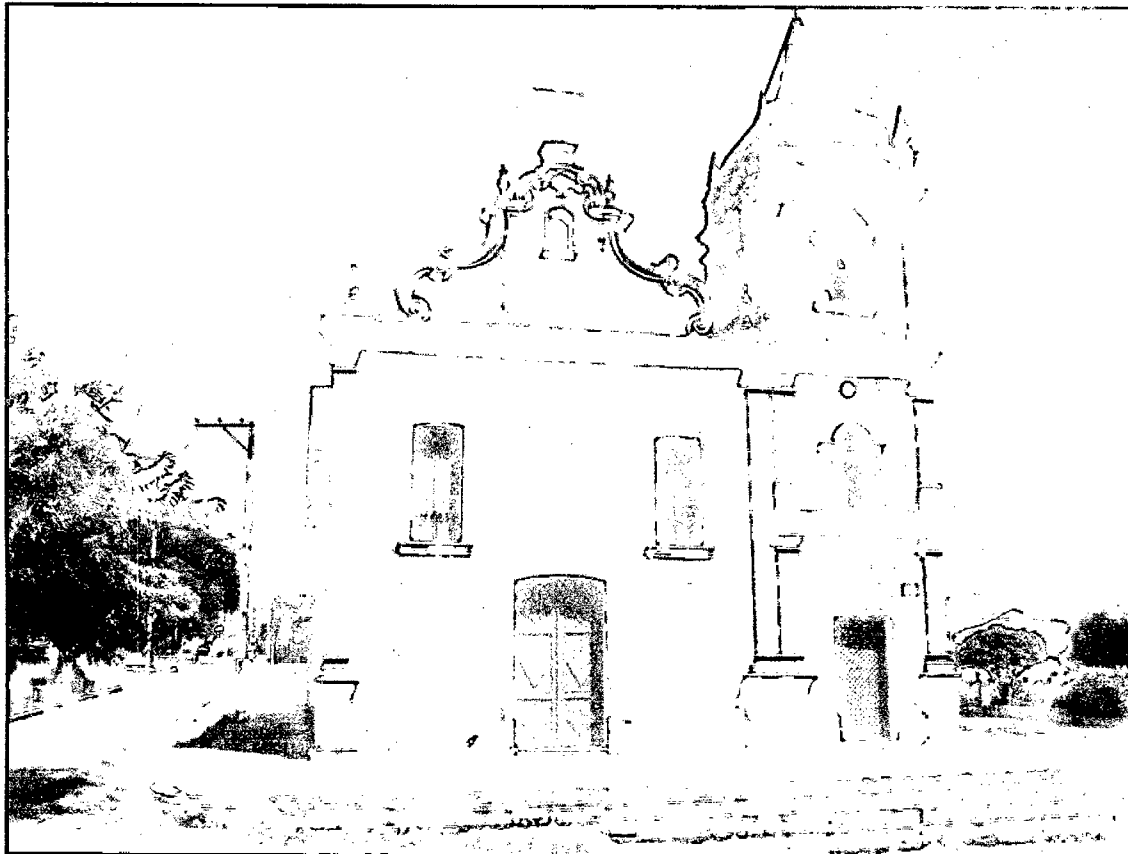


Figura 7. Igreja Nossa Senhora do Rosário dos pretos.

Cascudo assim fala sobre a data de construção da Igreja do Rosário:

...Em fins de 1706 não existia. Antonio Henrique Sá, a três de novembro de 1706, requeria ao Senado da câmara, uns chãos explicando que na Rua Fronteira se quer fundar a Igreja Nossa Senhora do Rosário, quer ele que Vossas Mercês lhe concedam por data as sobras que ficam testadas da dita Senhora...¹⁸

Após este documento Cascudo só encontra outro documento referente à Igreja em 1714:

¹⁹

A dois de julho de 1714 a Igreja já estava pronta e denominava a rua. O vigário de Natal padre Dr. Simões Rodrigues Sá, pede terras devolutas defronte ao cruzeiro da Nossa Senhora do Rosário, indo pela estrada que vai desta cidade para a ribeira.. Daí em diante a Igreja é sempre citada nas petições ao Senado da Câmara.

Cascudo cogita que esta Igreja tenha sido construída por volta de 1713 ou 1714, tira essas conclusões ao analisar este documento;

... A 17 de fevereiro de 1773, a mesa de confraria de Nossa senhora do rosário dos Pretos, dizendo-se possuidora de 40 braças em quadro, há mais de sessenta anos pedia novo titulo e o recebera, na mesma data sem foro nem pensão mais que o dízimo a Deus dos frutos que da terra houveram.

Ora 1773 menos sessenta anos é igual a 1713. Chegamos assim a um tempo limite para a construção da Igreja do Galo, que vai de 1713 a 1766, data do seu término da Igreja do Galo.

B
B
B

III-Os primórdios da Paraíba e a construção da Igreja de Santo Antônio

“São Francisco”.

A conquista da Capitania da Paraíba, ocupada por índios e franceses se fez em 1585, entretanto só foi consolidada em 1599, quando finalmente se estabeleceu a paz com os índios potiguaras.

Depois de tomar o território paraibano aos potiguaras e da assinatura do acordo de paz com os tabajaras, selando dessa forma a conquista em 1585, imediatamente se iniciou a escolha e a demarcação do local onde se construiria a capitania real da Parahyba. Um fato que deve ser mencionado para falarmos da arquitetura da capitania é que fazia apenas cinco anos desde que a Coroa Portuguesa passara as mãos de Felipe II, monarca da Espanha. Portanto, não é de se admirar que os procedimentos para a fundação do núcleo urbano seguissem as normas de uso comum na América espanhola, que levavam em conta desde a salubridade do local pretendido até a sua segurança e defensibilidade.²⁶

Aliás, no caso de Filipéja de Nossa Senhora das Neves respeitou-se o disposto nas Leis das Índias (Holanda, 1936: 96-98); procurou-se um sítio com porto natural de fácil defesa e se erigiu a cidade sobre uma colina “desabafada, vistosa e de bons ares e águas (MORENO, 1612) Teve especial importância o critério da defensibilidade da sede da capitania, e foi por isso que não se escolheu um local a beira-mar, que poderia ser facilmente destruído por ataques navais. O porto natural às margens do Sanhará um afluente do rio Paraíba, cuja foz poderia ser protegida sem problemas por uma fortificação guarnecida com artilharia pesada, foi a localidade que melhor atendeu a essa busca”.

²⁶ RABAY, Glória. A questão urbana na Paraíba. João Pessoa; Ed. Universitária/ UFPB, 199. p. 25.

Após a definição do melhor local para a povoação, a construção de casas e igrejas, assim como dos prédios que abrigariam a administração da capitania e das fortificações, se iniciou logo. Para tanto se utilizou o trabalho dos sessenta e cinco homens que acompanhavam o ouvidor geral Martim Leitão em sua viagem a Paraíba.

A ocupação deu-se inicialmente através de linhas de penetração que ligavam o “porto-de-mar” as bacias fluviais, os chamados “rio-de-açúcar” em cujas várzeas se estabeleceram as plantações de cana de açúcar. Já no final do século XVI e início do XVII este foi o caminho pelo qual seguiram os portugueses indo da bacia do rio Paraíba e do rio Mamanguape. Afinal, neste momento, o açúcar era o elemento de articulação da economia colonial ao mercado externo.

Apesar da povoação de Nossa Senhora das ~~Neves~~ já ter surgido com o status de cidade não havia verbas para investir na urbanização da cidade, pois todo capital excedente era remetido aos engenhos. Assim como disse o historiador José Octavio, a cidade era um “verdadeiro fundo de quintal dos engenhos e fazendas que lhe subjugavam as forças (MELLO, 1990)”.

Para a Coroa o açúcar era a única atividade que interessava, pois era a única que propiciava bons lucros no mercado externo. Some-se a isso que a várzea do rio Paraíba era ideal, pois era muito fértil.

O litoral paraibano se converteu assim em indústria do açúcar, necessitando assim de mão-de-obra, a princípio houve a tentativa de escravizar os indígenas. O colonizador só poderia escravizar os índios através de guerra-justa, guerra esta que deveria ser iniciada pelos os índios e só poderia ser desencadeada com autorização do rei ou do governador geral. Obviamente que na prática os colonos burlavam a lei no intuito de escravizá-los. Como já vimos por diversos motivos os índios não se adaptaram ao trabalho agrícola.

A expansão da cana de açúcar na Paraíba se faz em ritmo regular. Apesar das discordâncias existências sobre a quantidade de engenhos, assim segue a evolução destes;

Evolução dos engenhos da Paraíba

1586	1601	1634
1	14 ou 15	18

É necessário frisar que o desenvolvimento da atividade açucareira na Paraíba é complementar e dependente do setor mais forte localizado em Pernambuco que, não por acaso, sedia agentes que controlam internamente o movimento comercial. Assim, por exemplo, enquanto a Paraíba possuía 18 a 20 engenhos em 1634, Pernambuco já possuía 164 engenhos em funcionamento.²⁷

Durante todo o período de colonização houve grandes dificuldades pela produção açucareira. Dentre elas, inundações (Rio Paraíba 1641), praga nos canaviais e epidemias (varíola, 1641/1642), juntam se a isso a destruição dos engenhos pelos próprios proprietários (1635) e a queima dos canaviais, como forma de resistência aos holandeses (a partir de 1636).

Após a expulsão dos holandeses a produção de açúcar declina muito, apesar da Coroa Portuguesa dar incentivos, como isenção dos pagamentos dos direitos e ajuda para recuperação das instalações, a produção foi muito prejudicada. Em síntese, na primeira metade do século XVIII, a capitania não consegue produzir a quarta parte do que produzia antes do domínio holandês.

Se por um lado a Coroa “incentivava” a reconstrução, por outro ela própria tinha que arcar com os custos da guerra para a Holanda. Por isso a metrópole

²⁷ FERNANDES, Irene Rodrigues & AMORIM, Lura Helan Baraculy. Atividades Produtivas na Paraíba/UFPB; João Pessoa, 1999. p. 19.

aumentou a carga tributaria sobre as capitanias na tentativa de poder pagar a Holanda à indenização de guerra. Os valores extraídos da receita pública não eram suficientes restando, desta maneira, aos moradores da colônia arcar contra a vontade com estes gastos. Dessa forma a Coroa Portuguesa tirava mais do que colocava, assim ficou muito difícil para a capitania se reerguer.

Basicamente a Paraíba estava sob reconstrução, de engenhos, currais de gado, conventos, residências. A penúria era tão grande que até os órgãos públicos eram sustentados por particulares. O próprio governador João Fernandes Vieira (1655-1657) custeou a infantaria da capitania por dois anos.

É nesse período que o processo de interiorização da capitania se efetua. Até então a Paraíba se resumia territorialmente a uma faixa litorânea com algumas incursões até as terras do atual município de Pilar. Desde o final do século anterior, irradiava-se da região do São Francisco um amplo movimento de gente e rebanhos em direção aos sertões paraibanos multiplicando-se os currais. Neste período que o desbravamento do interior foi intenso se destaca o grupo familiar dos Oliveira Ledo. Neste período também é freqüente o requerimento de sesmarias seja ao governo da Paraíba ou ao Governo-Geral do Brasil instalado em Salvador. À frente da irradiação baiana, articula-se uma outra, a partir do litoral da Paraíba, tendo o governo da capitania promovido uma série de entradas nos sertões, no intuito de alargar os limites da colonização.

Com tudo isso, a expansão do gado vai se fazendo de forma paulatina, e a atividade criatória vai assumindo formas próprias de reprodução, diferentes daquelas do momento em que se constituía apenas atividade complementar dos engenhos. Não nos alongaremos mais no tempo visto que o nosso objeto de estudo a Igreja de Santo Antônio foi construída por volta de 1585.

Como vimos anteriormente à Igreja Católica desde os seus primórdios utilizou-se de obras de arte como uma forma de doutrinação dos fiéis. Esse é um fato indiscutível e demasiadamente estudado no que se refere à arte cristã primitiva, bizantina e medieval.

A Igreja e Convento de Santo Antônio surgiram dentre desses moldes, aberta ao público, fixa aspectos fotográficos das obras majestosas projetadas pelo arquiteto Frei Francisco dos Santos. Seus fundamentos remontam a última década do século XVI lançados que foram, nos idos de 1590, pelo irmão Francisco do Campo Mayor, primeiro Guardião da Casa, em virtude da autorização que recebera no ano anterior do custódio Frei Melchior de Santa Catarina Vasconcelos.²⁸

O majestoso templo é geralmente conhecido como Igreja de São Francisco, isto porque a construíram e por séculos foram os responsáveis os irmãos da ordem criada pelo Santo de Assis. No entanto, os franciscanos, ao tempo do Brasil português, disseminaram na colônia vários conventos. Mas só a dois deram cargo orago o fundador da confraria o de Seriem, em Pernambuco, e da Bahia, para a devoção dos soteropolitanos.

A ordem Franciscana chegou a Terra de Santa Cruz nos idos de 1587, atraída pelas gestões de Dom Antonio Barreiros, terceiro Bispo que atuou no Brasil.

“Fundação e Princípio deste convento de Santo Antônio da Paraíba. No ano de mil quinhentos e noventa, aceitou esta casa de Santo Antônio da Paraíba o irmão Frei Melchior de Santa Catarina, primeiro prelado e fundador desta custódia, o qual obrigado à instância, que o capitão

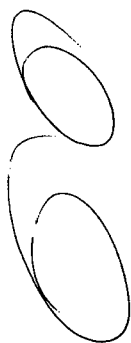
²⁸ DIVI Antonii Brasiliae Custodiae Enarratio seu Relatio (ms 1621), folhas 280 e 281. In NÓBREGA, Humberto Carneiro Cunha. Arte Colonial da Paraíba; Igreja e Convento de Santo Antônio. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 1974. p. 19.

Frutuoso Barbosa, e outros conquistadores desta capitania, que aquele tempo estava ocupada de índios potiguares; aí fizeram e muito mais de zelo da salvação das almas recebeu esta casa com o intento de aproveitar não somente aos portugueses, que novamente fundavam esta cidade, mais ainda aos índios ensinando-lhes os nossos religiosos a santa doutrina, como depois fizeram em muitas aldeias e principalmente na de Joacoca aonde assistiram muitos anos, fazendo com a doutrina muitos frutos nos índios".

Levaram cerca de 15 anos a construção do primitivo prédio conventual, durante este período as obras pararam durante dois anos. Isso se deu devido a um conflito de jurisdição em relação ao poder temporal exercido sobre os índios, entre o capitão mor Feliciano Coelho de Carvalho e os frades franciscanos que aí atuavam. Devido a este conflito os religiosos se retiraram da capitania deixando

"Desamparados seus Mosteiros e Igrejas largando o serviço de sua Majestade e a doutrina dos índios".

Vetusta e suntuosa, a Igreja de São Francisco (ver figura 8) representa, na Paraíba, uma das mais autênticas manifestações do barroco, assim pela riqueza encantadora de sua concepção artística, como pelo equilíbrio dimensional de suas linhas.



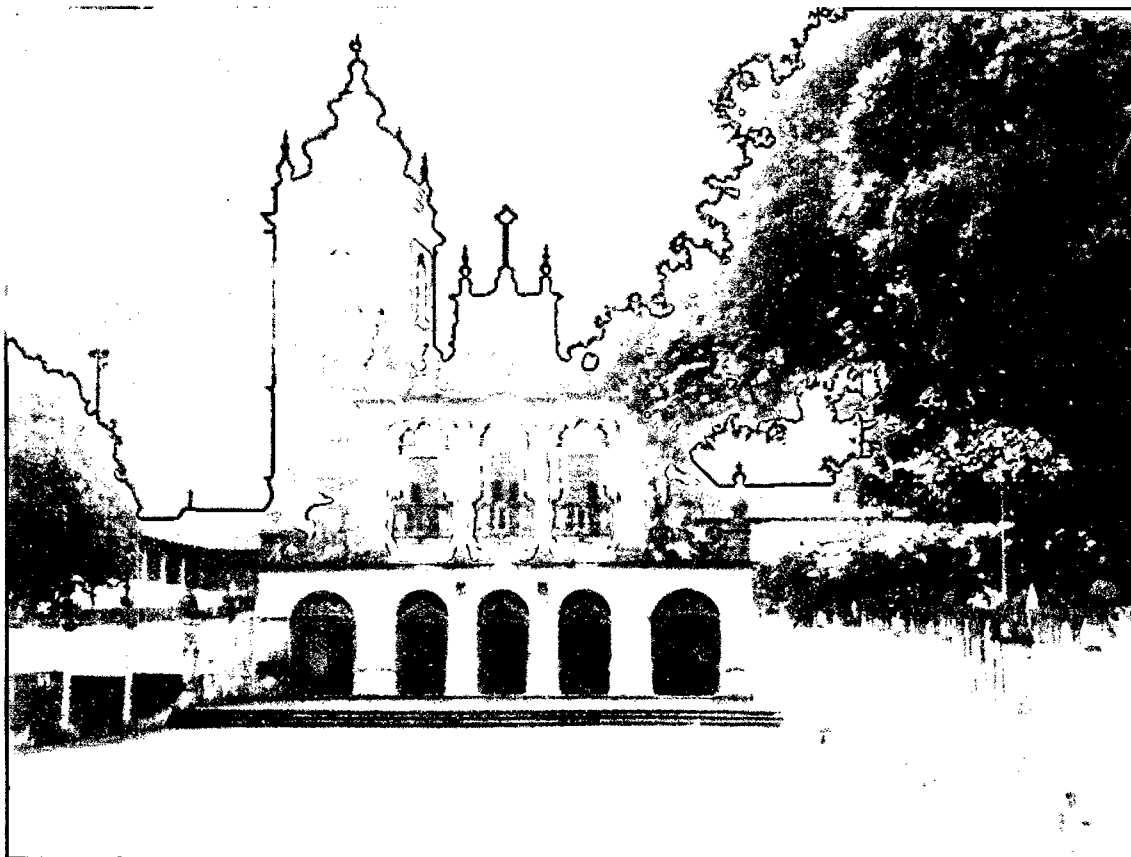


Figura 8. Igreja de Santo Antônio da Paraíba popularmente conhecida “São Francisco”.

O portentoso cruzeiro de pedra, no seu imponente pedestal, circundado, por vistosos pelicanos domina a entrada do adro (ver figura 9). Este é limitado por duas muralhas azulejadas, tendo seis painéis que recordam episódio da paixão de Cristo (ver figura 10 e 11). Na sua parte superior, a muralha é trabalhada, ostentando, em pedra, estrias curvas e jarros ornamentais. Postado em cada uma das extremidades lá estão grandiosos leões de pedra.



Figura 9. Cruzeiro na entrada do Adro da igreja de “São Francisco”.



Figuras 10 e 11. Cenas dos passos da paixão em dois dos seis nichos do muro do adro da igreja de “São frâncico”: “A prisão no bosque das Oliveiras” e “Ascensão”.

O frontispício do templo, recamado de labores, dá uma sensação de enlevo no observador. A fachada da Igreja de São Francisco da Paraíba tem cinco grandes entradas, todas em arco (ver figura 12), estilo românico, vendo-se por cima de uma delas (a última a direita) o ano da conclusão, 1779, gravado em pedra, na torre vemos outra data (1783) que atesta o término desta.

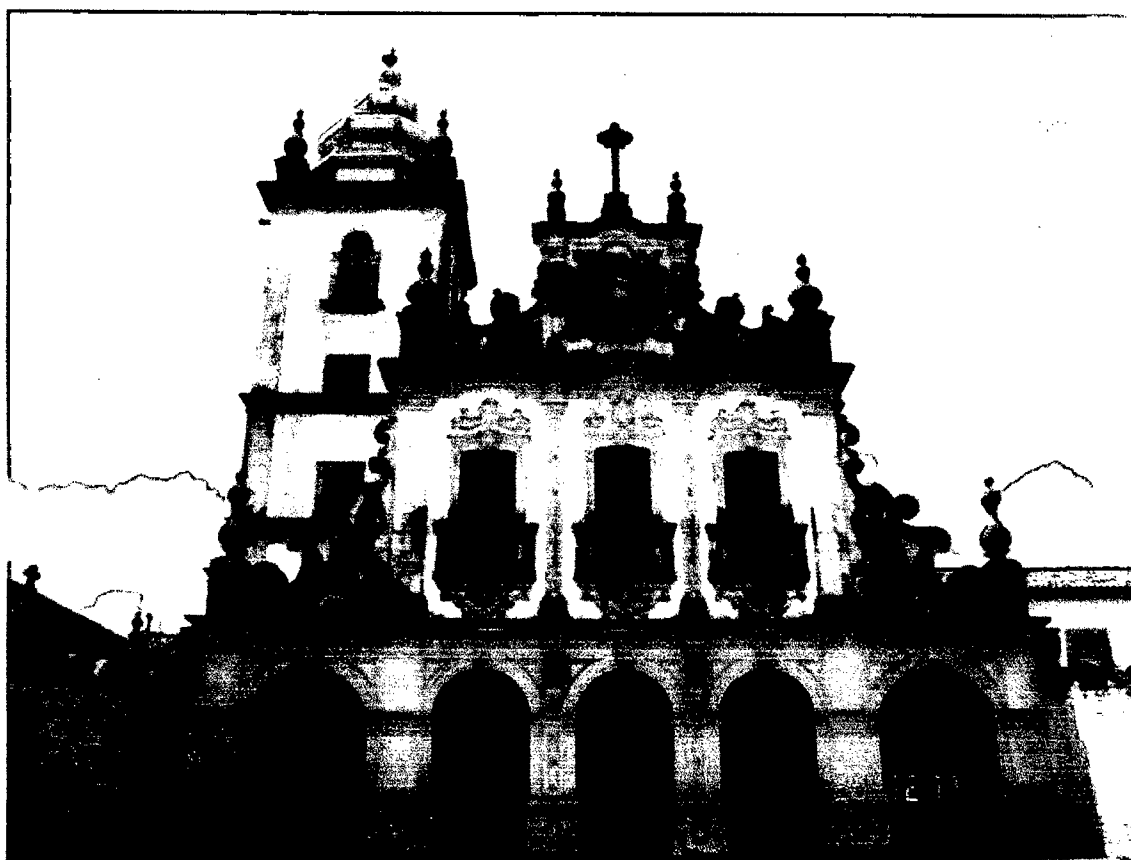


Figura 12. Detalhe das entradas da fachada principal de “São Francisco”.

O ádito se sobressai pelo primor decorativo do rendilhado, a moldura de entrada principal, e pelo debuxo de perfeitos desenhos geométricos, a porta por sua vez é feita de excelente madeira. À esquerda do ádito vê-se uma cruz que, na simbologia litúrgica lembra a consagração do templo.

Ao adentrar o templo é que temos o barroco em todo o seu esplendor, transforma o visitante de uma pequenez inexplicável diante da grandiosidade das obras e conseqüentemente de Deus. O teto da nave, com seiscentos metros quadrados embevece

pela concepção artística da pintura em estilo clássico, acadêmico, colocado em perspectiva, que representa cenas de natureza agiológica. (Ver figura 13).

Abrem o painel as três hipóstases: Pai, Filho e Espírito Santo. No centro, circundado de anjos, o divino Espírito Santo, a projetar raios de luz, (tendo a direita o Pai indicado por um triângulo cheio de reverberações) à esquerda, o Filho segurando a cruz com as mãos voltadas para efigie de Nossa Senhora da Conceição. A virgem santíssima empunha um estandarte no qual se acha inscrito o brasão da ordem franciscana: Dois braços cruzados com as mãos chagadas. Um deles é de Jesus e o outro do próprio São Francisco. Ambos os braços pregados a uma cruz colocada entre as cinco chagas, circundando o conjunto, o cordão do santo com três laçadas na parte superior e duas no inferior. As primeiras significam as virtudes dos frades franciscanos: (pobreza, castidade e obediência). As últimas, ali se encontram como simples ornamentos. (Ver Figura 14).

Vale salientar o coro, ambiente este reservado aos frades e cantores, o coro, fica sobre o vestibulo, travejado de possantes vigas de madeira de lei, apresenta no frontal, crivos em forma de xadrez, tendo no centro um rasgão destinado ao regente ou mestre da capela. Em cima, uma imagem em tamanho natural de Cristo crucificado, ganha monumentalidade pela riqueza de detalhes, em proporções regulares, perfeitamente distribuídos.

Para ornamentar as paredes usou-se oito medalhões, a semelhança de escudo, representando missionários e mártires da Ordem, típico do barroco franciscano. Tais peças são pintadas e emolduradas por talhas douradas. Em frente ao púlpito, coração do templo, abre-se a Capela Dourada, riquíssima sala de oração onde o barroco esbanja toda a sua suntuosidade. Ornatos em profusão, linhas emaranhadas, desenhos os mais diversos e sugestivos tudo ali esta moldado com nobreza, dentro dos cânones da

estética e preceitos da arte. O arco principal extasia pela encantadora harmonia dos superabundantes e bem escolhidos ornatos. Em cada um dos altares laterais vêem-se duas colunas, adornadas com pâmpanos e sustentadas, desde o plinto, por anjos que figuram como Atlantes, caristides da mitologia grega e sereias.

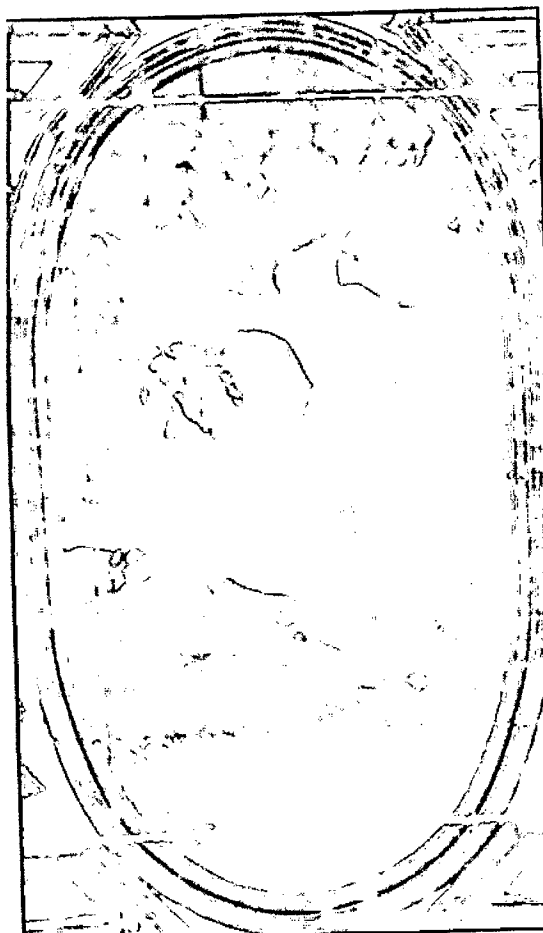


Figura 13. Medalhão central do teto da Casa de Oração da Ordem Terceira dos Franciscanos, Conjunto Arquitetônico de “São Francisco” (João Pessoa-PB)



Figura 14. Medalhão principal do forro,
nave central da igreja de “São Francisco”.

Sem deixar passar em branco devemos falar do corrimão da escada ao primeiro andar do convento. Em ambas as extremidades, tanto inferior como superior, vê-se lavrada em pedra, com muito esmero, uma carranca. (Ver figura 15).



Figura 15. Detalhe da carranca que adorna a extremidade do corrimão da escada da igreja de “São Francisco”.

A opulência do revestimento cerâmico da Igreja e convento Santo Antonio na Paraíba, deslumbra o visitante desde o adro. Este conjunto é um dos mais amplos conhecidos, se acha ladrilhado de lajes antigas e bem polidas e esquadrejadas; têm em cada um dos lados sóbrios paredões guarnecidos de azulejos com nichos, em número de seis, configurativos de episódios da Paixão de Cristo.

Dentre os vários painéis históricos feitos em azulejo, citaremos a que conta a vida de José do Egito (ver figura 16). O rodapé que circunda toda a nave da igreja é formado por quatro mil e seiscentos ladrilhos, com artísticos desenhos numa feliz e suave combinação de duas cores azul e branco. Além disso, o conjunto é provido de cercadura simétrica, linear, com elementos decorativos, folhas curvadas, anjos com asas abertas ou sentados em pilastras ornadas de entrelaçamento ramoso, em branco, sobre fundo azul forte, mostrando a influência renascentista.

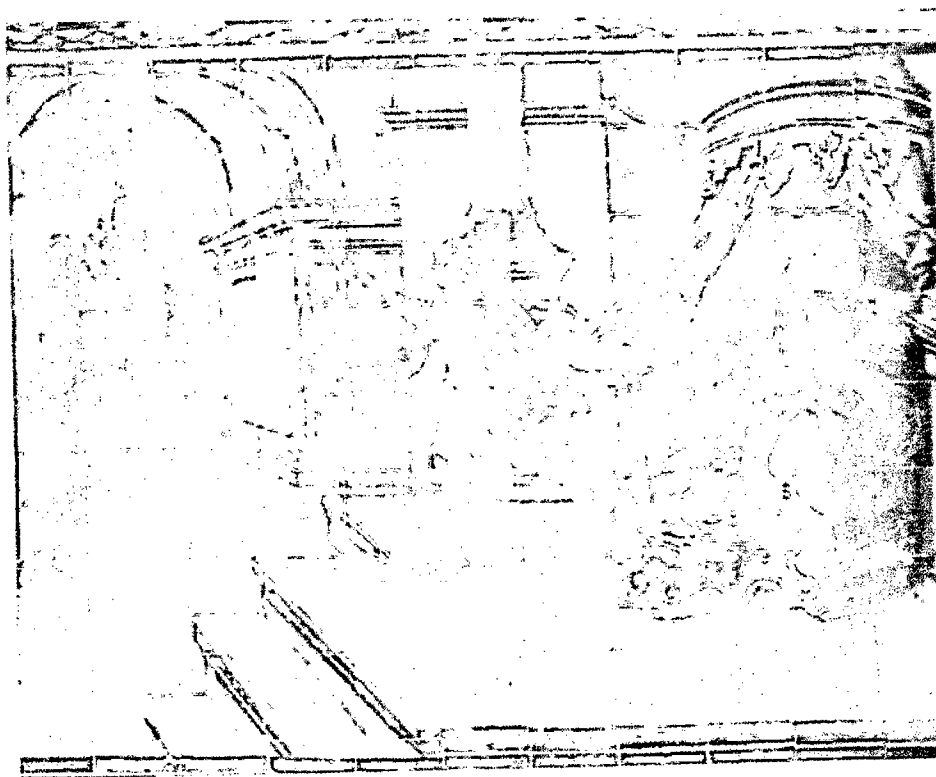


Figura 16. Cena em cerâmica de José do Egito e sua mulher Putifar.

Notável é a diferença entre as igrejas de Santo Antônio da Paraíba e do Rio Grande do Norte, sabemos que quando provavelmente a Igreja do Galo foi construída a economia estava difícil e assim se explica a modéstia do templo, resultado sim ao que parece, de uma fé da população que apesar de pobre quer exaltar seu Deus com o melhor que pode. Já na Paraíba percebemos que os maiores templos, inclusive o

São Francisco, são primorosamente concluídos no século XVIII, momento este, em que a economia paraibana mergulhava num ciclo de estagnação crescente, devido ao pós-guerra contra a Holanda. Os efeitos desta estagnação se estenderam até os séculos seguintes, paralelo a isso a cidade via as fachadas dos templos cristãos se enchendo de ornamentos em pedra calcária ricamente esculpida com rendilhados e volutas imponentes.

GLOSSÁRIO *(no final)*

Ádito: Câmara secreta, nos templos antigos; santuário onde só os sacerdotes podiam entrar.

Adro: Terreno em frente e, ou em volta da igreja, plano ou escalonado, aberto ou murado.

Arco: Elemento estrutural curvo, que construtivamente cobre um vão, suportando cargas, que são transmitidas aos pilares ou colunas que os sustentam.

Capela: Divisão do templo com altar próprio.

Coluna: Elemento estrutural de sustentação, quase sempre vertical. As colunas têm seções de formas arredondadas. A coluna clássica que definia as ordens greco-romanas compunha-se de base, fuste e capitel.

Cruzeiro: Grande cruz erguida nos adros, cemitérios, largos, praças, etc.

Entaipado: Emparedado, fechado, tampado.

Fachada: Qualquer das faces do edifício, de modo geral a da frente; frente.

Frontão: Peça que adorna a parte superior de portas ou janelas, ou que coroa a entrada principal ou a frente de um edifício.

Frontispício: Fachada principal.

Muralha: Grande muro, paredão.

Nave: Nome do espaço livre no interior das igrejas, que vai desde a porta da frente até o altar-mor.

Nicho: cavidade ou vão em parede ou muro para colocar estatua, imagem ou qualquer objeto ornamental; charola.

Óculo: Abertura ou janela circular ou oval colocada nos frontões ou nas empenas (oitões) das construções para propiciar iluminação e ventilação.

Oitão: Cada um dos espaços laterais do edifício. (beco)

Ornato: Aquilo que orna, enfeite, ornamento.

Pilastra: Coluna geralmente de seção quadrada, que fica adaptada a fachada de um prédio ou embutida em uma parede.

Plinto: Peça quadrangular que serve que serve de base a um pedestal ou a uma coluna.

Púlpito: Tribuna para pregadores, nos templos religiosos.

Rodapé: Parte inferior das paredes do templo.

Talha: Corte aberto na madeira afim de criar uma escultura.

Vestíbulo: Espaço entre a porta e a principal escadaria interior.

CONCLUSÃO

Com a descoberta do Novo Mundo, a Coroa Portuguesa precisava efetivar sua posse sobre a terra, ou seja, a colonização. A empresa açucareira foi escolhida como a melhor fonte de riqueza para estas terras, assim surgiu a ^{mdo} necessidade de mão-de-obra abundante e barata para trabalhar na lavoura canavieira. Processos de escravidão foram tentados com os índios (sem grande sucesso) e por fim com os africanos. A Igreja em crise por ocasião da Reforma Protestante deu sua “benção” ao Estado para efetuar sua conquista e em troca recebeu o alvará para “salvar” as almas dos selvagens que aqui viviam. Nesse novo território que estava se formando havia todos os conflitos emocionais que caracterizavam a alma humana, com o agravante das circunstâncias da época: a escravidão, a arrogância dos brancos e a solécia dos religiosos.

Numa sociedade onde o negro e o índio eram tidos como animais de serviço e tratados como tal, com o anoitecer as mulheres dessas raças não eram desprezadas, seus filhos, entretanto continuavam sendo inferiores e subalternos. As rivalidades surgiam das mais diversas formas e nenhuma das possibilidades havia uma esperança de melhora para estas raças. Para conter o caldeirão de emoções e pressão que a qualquer momento poderia explodir, a religião foi uma saída infalível.

A imposição do catolicismo e seus dogmas funcionaram como uma anestesia geral contendo os ânimos. Diante de tantas desigualdades entre as camadas sociais, havia um ser que era igual para todos: Deus. Por incrível que pareça Deus era o mesmo para todos (brancos, negros, índios, mulatos, caboclos) e a Ele eram prestadas as homenagens devocionais, como se estivesse diante de uma sociedade igualitária.

A arte barroco foi o suporte necessário para efetivar a religião católica, o barroco foi usado para ensinar essas novas “almas”, inculcando temor e respeito. A opulência dos templos barrocos, esculturas expressando sentimentos de dor, ou anjos expressando uma paz infundável, mostravam exatamente de que lados os índios, negros deveriam estar isso sem necessitar de nenhuma palavra. Esta forte característica do barroco como forma de catequese conseguiu transformar um Deus Europeu em um único Deus, o Deus “verdadeiro” para todos que aceitassem, e para os que não aceitassem restava sempre a santíssima inquisição.

O Deus era o mesmo, mas as igrejas, estas eram bem diferentes, havia a igreja para os brancos e logo e bem afastada do centro as igrejas para a ralé e escravos. O barroco enobreceu ainda mais o templos com o suntuoso brilho amarelo e ratificou de quem eram o poder da sociedade, os excluídos por sua vez, tendo como única esperança de melhora a vida após a morte faziam o seu melhor para as suas igrejas e assim a religião foi à liga mestra dessa sociedade discrepante.

Dentro deste contexto a Igreja de São Francisco da Paraíba foi fundada praticamente junto com o povoado, que já surgiu com o status de cidade, o que de certa forma, facilitou a angariação de recursos para realmente se efetivar a cidade como um pólo administrativo e religioso.

A economia açucareira da Paraíba foi muito superior ao do Rio Grande, se comparada na mesma época. Antes da Invasão Holandesa, momento do auge da economia açucareira, a Capitania do Rio Grande possuía dois engenhos dignos de nota (Ferreiro Torto e Cunhaú) enquanto a Paraíba, por sua vez, já possuía 20 engenhos.

Percebemos assim que a produção de açúcar no Rio Grande nunca foi fundamental no contexto da colônia. Antes da Invasão Holandesa a capitania contava com apenas dois engenhos de grande porte, e nesse período já era uma das grandes

fontes de abastecimento de gado, peixe e carne seca, para as capitanias vizinhas (Pernambuco, Paraíba), o gado chegou a ponto de ser um dos fatores que chamou a atenção dos batavos.

Assim o interior assumiu o controle financeiro da capitania, a criação de gado e derivados para consumo próprio e exportação, sustentava a capitania. Com o poder econômico provindo do interior os recursos obtidos eram revertidos para o próprio interior não havendo movimentação das reservas. Como o poder aquisitivo da capitania migrava cada vez mais para o interior e os recursos aí adquiridos eram reinvestidos na própria fazenda com isso o litoral era cada vez mais alijado do círculo econômico, entrando em estado de estagnação.

Na época da construção da Igreja do Galo (após 1713) o engenho de Cunhaú, o mais importante da capitania, estava com sua produção extremamente reduzida, utilizando gado e a agricultura para obter renda. Por essa época os templos religiosos eram construídos com doações de particulares, as vezes de uma única pessoa ou, por vezes, uma comunidade inteira contribuía para a construção. A falta de opulência, do brilho aurífero, de talhas bem trabalhadas, características do barroco, na Igreja do Galo, ^{se} justifica por uma economia litorânea açucareira debilitada, quase infértil.

Em contraposição a isso vemos uma Paraíba que mostra todo a sua opulência através da Igreja de São Francisco, ^é certo que a economia da Paraíba já estava declinante no final do século XVII, mas os grandes ganhos desde o início da colonização, influenciaram na mentalidade que se refletiu nas construções de grande porte.

O clima de euforia propiciado pela cana-de-açúcar declinou lentamente, enquanto que a economia que estava estagnada declinou rapidamente, é por

isso que vamos ver no século XVIII, o término em grande estilo de várias obras, inclusive a Igreja de São Francisco (1734).

Por volta do Setecentos, portanto as duas economias não estavam em sua melhor fase, ^{há} grande diferença entretanto entre Paraíba e Rio Grande, foi que a primeira teve um bom desenvolvimento econômico açucareiro, chegando a contar com dezenas de engenhos, por sua vez no Rio Grande, o desenvolvimento da economia açucareira nunca se efetivou e foi praticamente a bancarrota com a invasão holandesa.

Com o desenvolvimento de uma economia interiorana no ^{Rio Grande} ~~RN~~ os recursos ficavam restritos a este local, aonde a presença de Igrejas não era uma constante. As fazendas criatórias, eram praticamente pequenos estados isolados e era prática comum ter oratórios domésticos ou uma capela para as necessidades da alma.

A angústia desse novo povo em formação, brancos enriquecidos ilicitamente, negros alijados de todos os seus costumes e índios perplexos diante da transformação da sua paisagem encontrou válvula de escape na religião. Brancos que justificavam suas ações para obter sua riqueza através da construção de grandes templos religiosos, negros e índios que já não encontravam nesse mundo vontade para viver, davam o seu suor para construir um lugar para adorar Deus, afim de obter sua vaga no paraíso após sua morte.

Assim a Igreja de São Francisco ^{quantos?} demorou séculos até finalmente ser concluída, um trabalho primoroso que a riqueza pôde pagar. A igreja do Galo, nem se sabe ao certo quanto tempo demorou a ser concluída, trabalho singelo de homens temerosos a Deus que deram sua vontade, para ter um templo digno para adorar seu Deus, nosso Deus, o Deus de todas as etnias, que deixavam todos "iguais" na morte.

BIBLIOGRAFIA

ANDRADE, Maristela Oliveira. **500 de Anos e Sincretismos no Brasil**. Ed. Atica, São Paulo, 1998.

ANGOULVENT, Anne Laure. **O Barroco**. Tradução: Maria Luiza Machado. Publicações Europa América, ^{Lisboa} ~~IDA~~ Portugal, 1996.

CASCUDO, Luís da Câmara. **História da cidade do Natal**. 2ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira; Brasília: INL; Natal, Universidade ^F Federal do Rio Grande do Norte, 1980.

ETZEL, Eduardo, 1906. **O Barroco no Brasil: psicologia e remanescente em São Paulo, Goiás, Mato Grosso, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul**. São Paulo, Melhoramentos, Ed. da Universidade de São Paulo, 1974.

FERNANDES, Irene Rodrigues ~~AMORIM~~, Laura Helena Baracuhy. **Atividades produtivas na Paraíba-UFPB-João Pessoa**, 1999.

GONÇALVES, Regina Célia; LAVIERI, Maria Beatriz Ferreira; LAVIERI, João; RABAY, Glória. **A questão urbana na Paraíba**. João Pessoa, Editora ^U Universitária/UFPB, 1999 (coleção História temática da Paraíba, v. 3), ~~84p~~


INÁCIO, Inês e LUCA, Tânia Regina. **Documentos do Brasil Colonial**. Ed. Atica, São Paulo, 1993.

LIMA, Pedro de. **Arquitetura no Rio Grande do Norte: uma introdução** / Pedro de ~~Lima~~ Natal (RN): Cooperativa Cultural Universitária, 2002.

LIRA, A. Tavares. **História do Rio Grande do Norte**. Fundação José Augusto. 2 ed. Natal, 1912

MARIZ, Marlene da Silva & SUASSUNA, Luiz Eduardò Brandão. **História do Rio Grande do Norte Colonial: 1597/1822**. Natal (RN): Natal Editora, 1997.

MONTEIRO, Denise Mattos. **Introdução à história do Rio Grande do Norte**. 2.

ed. rev. 

Natal (RN): Cooperativa Cultural, 2002.

MULLET, Michael. **A contra-Reforma**. Trad. J. Santos Tavares. Ed. Gradiva-Lisboa, 1984.

NÓBREGA, Humberto Carneiro Cunha. **Arte Colonial da Paraíba; Igreja e Convento de Santo Antônio**. Universidade federal da Paraíba, João Pessoa, 1974.

OLIVEIRA, Carla Mary da Silva. **O Barroco na Paraíba: arte, religião e conquista**. Ed. Universitária: IESP-Instituto superior de educação, João Pessoa, 2003.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy da. **Estrutura de poder na Paraíba-João Pessoa**: Ed. Universitária/ UFPB, 1999. ^{v. 4} 140p (volume 4)

TAPIÉ, Víctor. **O barroco**. Tradução de Armando Ribeiro Pinto. Editora Cultrix/ Universidade de São Paulo, 1983. *São Paulo:*